

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

# FILANTROPIA

#63



## DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHOS DE DIREITOS ATUAM NOS MUNICÍPIOS PARA FISCALIZAR E COLOCAR EM PRÁTICA OS PRECEITOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Nova Instrução Normativa da Lei Rouanet altera pontos estratégicos de sua aplicação

### TECNOLOGIA

Conheça aplicativos pagos e gratuitos que podem facilitar a gestão de sua organização



**ENTREVISTA** • DANIEL FALA DE SUA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES E O APOIO A CAUSAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL



# Fórum Interamericano de FILANTROPIA ESTRATÉGICA



De 11 a 14  
de março  
de 2014

## Saiba mais sobre a Gestão Estratégica do terceiro Setor

- 37 palestrantes
- 55 seções, entre palestras, debates e TEDs
- 20 temas debatidos em World Cafés
- Inovação: "Clínicas" de consultorias coletivas
- 2 jantares temáticos para integração

### MACROTEMAS EM GESTÃO DO TERCEIRO SETOR:

Legislação  
Contabilidade  
Sustentabilidade  
Recursos Humanos  
Políticas Públicas  
Assistência Social



#### Realização:



#### Organização:



#### Companhia Aérea Oficial:



#### Apoio:



Acesse o site:  
[www.fife.org.br](http://www.fife.org.br)

O evento acontecerá na  
paradisíaca cidade de Natal



THAÍS IANNARELLI  
Diretora-executiva  
do Instituto Filantropia



MARCIO ZEPPELINI  
Presidente  
do Instituto Filantropia

# O QUE É VIRTUAL?

Entrei apressado no restaurante. Escolhi uma mesa bem afastada do movimento, pois queria aproveitar os poucos minutos que tinha para comer e responder alguns e-mails, além de planejar minha viagem de férias. Pedi um prato qualquer do cardápio e abri meu notebook. Escutei uma voz baixinha atrás de mim:

- Tio, dá um trocado?
- Não tenho, menino.
- Só uma moedinha para comprar um pão.
- Está bem, compro um para você.

Para variar, minha caixa de entrada estava lotada de e-mails. Fico distraído vendo o Facebook, dando risadas com as piadas malucas. Ah! Essa música... leva-me à Europa... e às boas lembranças de tempos idos.

- Tio, pede para colocar margarina e queijo também?
- OK, mas depois me deixe trabalhar, pois estou muito ocupado, tá?

Chega a minha refeição e, junto com ela, meu constrangimento. Faço o pedido do menino e o garçom me pergunta se quero que mande o garoto ir. Digo que não... que está tudo bem, ele pode ficar ali, aproveitando para pedir uma refeição decente a ele. Então, o menino se senta à minha frente e pergunta:

- Tio, o que está fazendo?
- Estou lendo uns e-mails.
- O que são e-mails?
- São mensagens eletrônicas mandadas por pessoas via Internet. É como se fosse uma carta, só que via Internet. — Sabia que ele não iria entender, mas a título de livrar-me de maiores questionários, tentei ser breve.
- Tio, você tem Internet?
- Tenho sim, é essencial no mundo de hoje.
- O que é Internet, tio?
- É um local no computador onde podemos ver e ouvir muitas coisas, notícias, músicas, conhecer pessoas, ler, escrever, sonhar, trabalhar, aprender. Tem tudo no mundo virtual.
- E o que é virtual, tio?
- Virtual é um local no qual imaginamos algo, mas não podemos pegar nem tocar. É lá que criamos um monte de coisas que gostaríamos de fazer. Criamos nossas fantasias e as transformamos em um mundo que queremos que fosse real.
- Legal isso. Gostei!
- Mocinho, você entendeu o que é virtual?
- Sim, tio, eu também vivo neste mundo virtual.
- Você tem computador?
- Não, mas meu mundo também é desse jeito... Virtual.

Minha mãe fica todo dia fora, só chega muito tarde, quase não

a vejo. Eu fico cuidando do meu irmão pequeno que vive chorando de fome, e eu dou água para ele pensar que é sopa. Minha irmã mais velha sai todo dia, diz que vai vender o corpo, mas eu não entendo, pois ela sempre volta com o corpo do mesmo jeito... Meu pai está na cadeia há muito tempo. Mas sempre imagino nossa família toda junta em casa, muita comida, muitos brinquedos de Natal, e eu indo ao colégio para virar médico um dia. Isto não é virtual, tia?

Fechei meu notebook, não antes que as lágrimas caíssem sobre o teclado. Esperei que o menino terminasse literalmente de ‘devorar’ o prato dele, paguei a conta e dei o troco para o garoto, que me retribuiu com um dos mais belos e sinceros sorrisos que eu já recebi na vida, e com um ‘Brigadão tio, você é legal!’.

Ali, naquele instante, tive a maior prova do virtualismo insensato em que vivemos todos os dias, enquanto a realidade cruel rodeia de verdade, e fazemos de conta que não percebemos!

## VAMOS VIVER DE EXPERIÊNCIAS!

Confesso que o sujeito da história acima em muito se parece comigo... mas tenho diariamente praticado o exercício de transformar um dia qualquer em “O DIA”.

E isso se faz com experiências reais, não virtuais: Um passeio de bicicleta no parque da cidade, um “acampamento” no meio da sala com a filha pequena, um jantarzinho preparado pela filha mais velha, uma baladinha só com a esposa — sem os filhos — relembando os tempos de namoro.

Torcer para o meu time deixou de ser um estorvo, depois que simplesmente parei de acompanhar a tabela, mas curtir um gol — sofrido ou ganhado! Um churrasco improvisado, uma sala compartilhada com o sócio (que também é irmão...) para nos deixar mais unidos, mesmo que as horas “não-virtuais” sejam poucas no escritório. Deixar a esteira elétrica de lado e correr em um lugar arborizado — ou na praia.

O mundo é feito de relações pessoais e reais. Claro que isso não me fará abandonar a tecnologia — que eu adoro —, até porque ela deixa a vida mais prática a fim de termos mais horas vagas e curtir as coisas simples que a vida oferece — longe do mundo virtual.

Nesta edição da Revista Filantropia, saiba quais são as medidas já tomadas na história do nosso país para proteger crianças e adolescentes, assim como o menino da história.

Tenha um excelente e REAL final de semana!  
Abraços sustentáveis,

Boa leitura!

## ENTREVISTA



Daniel

6

## GESTÃO SOCIAL

### Siconv

22 Rendimentos da aplicação financeira

### Tecnologia

24 Terceiro Setor na “Era dos Aplicativos”

### Voluntariado

28 Voluntariado e os objetivos de desenvolvimento do milênio

30 Voluntariado Empresarial: solidariedade e alegria

### Ativismo

32 A perfeição existe?

### Administração

36 Gerenciamento de projetos

### Legislação

40 Lei de cotas

42 O mar revolto chamado CEBAS

### Contabilidade

45 Imunidades e isenções

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS



Lei Rouanet em foco

17

## COMUNICAÇÃO



Líderes de verdade  
inspiram as pessoas

35

## DATA FILANTROPIA



Incorporando Estratégias  
Responsáveis

72

## 10 RADAR SOCIAL

44 PAINEL DE CONTROLE

74 FIQUE LIGADO!

78 GERAÇÃO DE RENDA

80 REFLEXÃO

## MULTIPLICANDO O SUAS

### Opinião

51 A Assistência Social Hoje

### Conselhos e conselheiros

53 Controle social: uma questão em debate

### SUAS Brasil afora

56 PNAS/2004

### Ficção

58 Faces do Brasil





60

## PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONSELHOS DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORAM ESTABELECIDOS PELO ECA E TÊM COMO PRERROGATIVA ATUAR PELO BEM-ESTAR DESTA POPULAÇÃO – MAS COMO ELES FUNCIONAM, NA PRÁTICA?

68



Governo sanciona  
Estatuto da Juventude

ESPECIAL

14



Luciana Holtz, do Oncoguia, fala  
sobre o cenário do câncer no país

PONTO DE VISTA



[www.institutofilantropia.org.br](http://www.institutofilantropia.org.br)

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

## PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

## DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

## AFILIAÇÕES

Leila Souza

## CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Paganatto

## CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrielli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

## ALIADOS ESTRATÉGICOS



PAULUS



diálogo  
eventos



socialprofit  
Desenvolvimento Social

## PARCEIROS INSTITUCIONAIS



mam



Ação  
Voluntária  
CURITIBA - PR



REVISTA  
**FILANTROPIA**

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



ECONÔMICA  
Desenvolvimento Econômico



MONELLO  
CONTADORES  
CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR



IMPRESSÃO



PAULUS

**EDITOR GERAL:** Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

**REDAÇÃO:** Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Bruna Morais | Daniel Arsky | Daniel Gallo | Felipe Lopes | Karina Watanabe | Luciana Silva Rodrigues | Rodolfo Daufembach Lucas • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** shutterstock.com  
**CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO:** Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello



# EU AMO MEUS PEITOS

Essas mulheres não têm vergonha de se prevenir contra o câncer de mama.

Procure o mastologista e faça a mamografia. Esse é um direito da mulher a partir dos 40 anos.

**Cuidar da saúde é questão de cidadania.**



Sociedade Brasileira de Mastologia



FOTO: FERNANDO HIRO



---

# CANTANDO O BEM

Cantor **Daniel** doa seu talento para promover o bem e apoiar diversas causas sociais

*Por Thaís Iannarelli*



**Q**uando nasceu em Brotas, no interior de São Paulo, em 1968, José Daniel Camillo não sabia o que a vida lhe reservaria. Mesmo assim, já aos 8 anos de idade ganhou um presente que o levaria para este caminho: um violão, dado seu pai quando percebeu a paixão de seu filho pela música. O nome de carreira ficou conhecido como Daniel e, em 1980, formou uma dupla sertaneja com João Paulo. Em 1997, com a morte do parceiro, Daniel decidiu seguir carreira solo com o apoio de parentes e amigos.

O artista já foi premiado quatro vezes como melhor cantor do Brasil, pela Rede Globo, e já recebeu o prêmio SBT Internet em 2004, 2007 e 2008. Em 2009, Daniel recebeu o Grammy Latino, com o álbum “As músicas do filme O Menino da Porteira”. Em toda a sua carreira, Daniel lançou oito CDs pela dupla João Paulo & Daniel, 17 CDs na carreira solo e cinco DVDs. Ao todo, acumula mais de 13 milhões de discos vendidos.



Com sucesso inegável na carreira artística, o cantor também é ligado a diversas ações sociais. Recentemente foi condecorado com o título de embaixador da Apae de Porto Alegre, que prevê a escolha de uma personalidade pública que tem como missão, entre outras coisas, divulgar as campanhas e ações desenvolvidas pela instituição. Em outubro, o cantor apoiou outra organização – Laramara – Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual – por meio de show beneficente cujos recursos serão revertidos para a instituição.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, o cantor fala sobre seu engajamento social e a importância do Terceiro Setor para o desenvolvimento social.

**Revista Filantropia:** Para você, sendo um artista de grande visibilidade na mídia, qual é a importância de se engajar em causas sociais?

**Daniel:** Na minha opinião, ajudar outras pessoas é um grande prazer. Acho que ter como contribuir de alguma forma com causas importantes, que de fato fazem a diferença na vida das pessoas, é como revigorar a alma!

**RF:** Como começou sua parceria com a Laramara?

**Daniel:** Recebemos o convite para participar e, após conhecer o trabalho realizado pela instituição, não poderíamos ficar de fora desta iniciativa. Sempre costumo dizer que, se muitos de nós fizermos pouco, conseguiremos fazer grande diferença no final.

**RF:** Você também já participou do Criança Esperança e outras iniciativas do tipo. Na sua opinião, qual é o impacto causado por este tipo de ação, que envolve vários artistas?

**Daniel:** Independentemente do projeto, porque costumo participar de muitos diferentes, se o resultado chegar realmente à vida das pessoas, vale muito – não tem preço. Não se trata de ir atrás de holofotes ou reconhecimento por isso. Queremos doar o que recebemos, ou seja, talento e exposição na mídia, para uma ou várias causas maiores. Todos os projetos nos quais estou engajado são sérios e



comprometidos com a assistência às pessoas que precisam de ajuda de diversas naturezas. Para mim é um privilégio poder utilizar o que eu sei fazer para ser parte de tantas iniciativas positivas.

**RF:** Na sua opinião, entre as tantas necessidades que o país ainda tem em termos de desenvolvimento social, qual seria o problema mais urgente a ser resolvido?

**Daniel:** Sempre tive consciência de que a educação é a base de tudo. Com tantas coisas a serem melhoradas, é difícil eleger por onde começar, mas diria que um povo que tem educação pode conseguir algumas soluções por si próprio, ter mais autonomia.

**RF:** O que você espera do futuro do país, em termos de desenvolvimento social, para os próximos anos?

**Daniel:** A gente sempre espera que as coisas melhorem, é claro. Gostaria que houvesse menos desigualdade social, mais acesso à educação e à cultura, pois dessa forma o país sentiria o progresso em todos os sentidos. Não podemos perder as esperanças e devemos fazer a nossa parte continuamente para que isso aconteça, começando sempre ao que está ao nosso redor, ao nosso alcance. 🇧🇷



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de  
Compromisso com  
as Entidades do  
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

[www.monellocontadores.com.br](http://www.monellocontadores.com.br)



## MAIOR BOLSA DE VALORES DO MUNDO ADERE À INICIATIVA DE SUSTENTABILIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS

A Bolsa de Valores de Nova York (NYSE Euronext) anunciou em 24 de julho que passará a integrar a iniciativa *Sustainable Stock Exchanges* (SSE), das Nações Unidas, que visa promover o investimento responsável e a divulgação de informações ambientais e climáticas relacionadas às companhias listadas em bolsas. “Como o único grupo global de valores que já é carbono neutro, estamos orgulhosos de entrar para a iniciativa SSE e ajudar a ONU a incentivar as indústrias a buscarem melhores práticas de governança e transparência com relação à sustentabilidade corporativa”, afirmou o CEO da NYSE Euronext, Duncan L. Niederauer.

Atualmente, oito bolsas são parceiras da SSE: NYSE Euronext, Nasdaq OMX, BSE Ltd., BM&FBovespa, Johannesburg Stock Exchange (JSE), Egyptian Exchange (EGX) e MCX Stock Exchange Ltd. (MCX-SX). A iniciativa é um projeto conjunto organizado pelos Princípios de Investimento Responsável (PRI) das Nações Unidas, pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI) e pelo Pacto Global das Nações Unidas (UNGC).

📌 [www.sseinitiative.org](http://www.sseinitiative.org)



## EMIÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA NÃO TEM REDUÇÃO EFETIVA EM 2012

O inventário do Programa Brasileiro GHG Protocol, estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, mostra que, em 2012, a emissão direta de gases que provocam o efeito estufa não teve redução efetiva. Foram emitidos 71,6 milhões de toneladas de gás carbônico. Houve queda de 35% no total de emissões em relação a 2011, mas isso ocorre porque uma grande organização que participava da pesquisa deixou de publicar seu inventário no período. As emissões diretas de gases são as provenientes de fontes controladas pela empresa, como de combustão em caldeiras, fornos, veículos, emissões do processo produtivo, emissões de sistemas de ar condicionado e refrigeração. O levantamento traz também o volume de emissões indiretas de energia adquirida, provenientes da aquisição de energia elétrica e térmica. Essas emissões ocorrem fisicamente no local onde a energia é produzida, mas são de responsabilidade indireta da organização que a consome. No ano passado, a emissão foi de 4,8 milhões de toneladas. Segundo o estudo, o aumento na emissão ocorre em função de recentes decisões do planejamento energético nacional de aumentar a contribuição de fontes não renováveis de energia na matriz brasileira (como termoeletricas a gás natural e a carvão). Isso gera um aumento nas emissões de gases associadas ao consumo elétrico.

 [www.ghgprotocolbrasil.com.br](http://www.ghgprotocolbrasil.com.br)

## ACORDO ENTRE PETROBRÁS E PNUD REFORÇA INICIATIVAS PELO ALCANCE DOS ODM ATÉ 2015

Os esforços do Brasil para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015 ganham um reforço: um aporte de R\$ 8 milhões que será feito pela Petrobras ao Projeto ODM Brasil 2015. A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, além de parceiros ligados à iniciativa privada: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Furnas, Petrobras e Sebrae. A assinatura do termo de cooperação técnica internacional entre a Petrobras e o Pnud ocorreu em 20 de agosto, no Palácio do Planalto. O Projeto ODM Brasil 2015 tem como foco a municipalização dos ODM nas cidades que apresentam quadro ainda preocupante em relação às metas assumidas pelo Brasil diante da Assembleia Geral da ONU. O projeto tem três eixos de atuação: produção de conhecimento, ampliação das capacidades municipais e a incorporação dos ODM nas políticas federais.

 [www.secretariageral.gov.br](http://www.secretariageral.gov.br)



## GRANDES ECONOMIAS ESTÃO DIVIDIDAS SOBRE ACORDO CLIMÁTICO EM 2015

O documento final do Fórum das Grandes Economias (*Major Economies Forum – MEF*), realizado em julho, mostra que existem divergências entre os países sobre a possibilidade de já estabelecer em 2015 um novo acordo climático internacional. “Alguns países consideram que não será possível completar o processo até 2015, porque é preciso chegar a um consenso sobre as regras básicas e sobre partes relevantes do texto antes que sejam determinados os compromissos de mitigação nacionais. Outros consideram que é possível, assim como importante, incluir os compromissos em 2015”, afirma o documento. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas destaca que é preciso respeitar esse prazo para que todos os signatários tenham tempo para aprovar o acordo internamente, antes da expiração do Protocolo de Quioto, em 2020. O MEF também avaliou se deveriam ser adotadas medidas caso o acordo não seja ambicioso o suficiente para lidar com as mudanças climáticas. Foram consideradas questões como prazos e transparência. O documento destaca ainda que existe um consenso de que as próximas conferências do clima serão importantíssimas. O MEF voltará a se encontrar em setembro de 2013, em paralelo à Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

 [www.majoreconomiesforum.org](http://www.majoreconomiesforum.org)



## BRASIL AVANÇA NO COMBATE À FOME, MAS NÚMERO DE FAMINTOS CRESCE EM OUTROS PAÍSES

Dados revelados hoje FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) apontam que, em 20 anos, o número de pessoas que passam fome no Brasil foi reduzido em quase 10 milhões. Entre 1992 e 2013, o número de cidadãos brasileiros famintos caiu de 22,8 milhões para 13,6 milhões de pessoas. Com este resultado, o País atingiu uma das Metas do Milênio, ao lado de outras 30 nações. Apesar dos avanços, a FAO faz o alerta de que o volume de pessoas famintas ainda é inaceitável. Se grandes países emergentes conseguiram fazer avanços importantes, regiões inteiras da África ainda registram um aumento do problema. Do total de famintos, apenas 15,7 milhões de pessoas estão nos países ricos. Mas, enquanto o número cai de forma geral no planeta, o volume de cidadãos que passam fome nos países ricos aumentou nos últimos quatro anos, com um incremento de 500 mil. O fenômeno foi registrado no mesmo período em que a pior crise econômica em 70 anos afetou a Europa e os Estados Unidos. Pela meta criada pela ONU para ajudar no combate à fome, os governos precisariam reduzir em 50% a proporção de pessoas famintas em relação ao total da população, entre 1990 e 2015. Segundo os dados divulgados, a redução no Brasil superou a marca de 54%: em 1990, 15% da população nacional passava fome; hoje, a taxa é de 6,9%. Em números absolutos, a redução de 40%, no Brasil, é uma das maiores do mundo e é duas vezes mais acelerada que a média mundial. Entre 1992 e 2013, a fome mundial caiu 17%: hoje são 842 milhões de pessoas que passam fome, contra 868 milhões há dois anos. Em 1992, o número total era de 1 bilhão.

 [www.fao.org.br](http://www.fao.org.br)

## SELO DE QUALIDADE PREMIA EMPRESAS QUE PRODUZEM ENERGIA RENOVÁVEL

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou, em 14 de agosto, do lançamento do Certificado e Selo de Energia Renovável das fontes eólica, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. O selo surge como mecanismo de valorização de ações inovadoras realizadas pelas empresas em território nacional. Segundo os idealizadores da certificação, cerca de 90% da energia consumida no país é produzida a partir de fontes limpas. "O Brasil tem de continuar a investir na matriz energética renovável", enfatizou a ministra. Desenvolvido ao longo de mais de dois anos, o certificado e o selo são uma iniciativa da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) e da Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel), com gestão do Instituto Totum. O certificado será conferido a empreendimentos de geração de energia renovável que cumprirem requisitos ambientais e socioeconômicos. O selo será conferido aos consumidores que usarem a energia certificada. Para solicitar o certificado ou o selo, os interessados devem completar um formulário preliminar disponível no [site](http://www.seloenergiahrenovavel.com.br).

 [www.seloenergiahrenovavel.com.br](http://www.seloenergiahrenovavel.com.br)





## CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS TERÃO CRÉDITOS DE R\$ 200 MILHÕES

Em julho, o governo federal anunciou R\$ 200 milhões em créditos para empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. O crédito é para ações que permitam a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. A iniciativa faz parte da terceira fase do Programa Cataforte e tem ênfase em negócios sustentáveis em redes solidárias. Dos R\$ 200 milhões, cerca de R\$ 170 milhões são recursos não reembolsáveis (sem necessidade de pagamento posterior) e aproximadamente R\$ 30 milhões são reembolsáveis.

Os recursos poderão ser usados para estruturar cooperativas e associações a fim de que haja condições de se prestarem serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e fazer conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis. Nessa terceira etapa, a intenção é alcançar 35 redes, 200 empreendimentos solidários e mais de 10 mil catadores, de acordo com a Fundação Banco do Brasil. O Cataforte teve início em 2009 com capacitação de catadores para estruturarem unidades de coleta e atuarem em rede. Em 2010, foi iniciada a segunda fase, com ações para fortalecer a infraestrutura logística das cooperativas.

[www.secretariageral.gov.br/cataforte](http://www.secretariageral.gov.br/cataforte)

## ONU LANÇA RELATÓRIO COM OPINIÃO DE 1 MILHÃO DE PESSOAS SOBRE PRIORIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO

Relatório da ONU lançado nesta semana reuniu a opinião de mais de 1 milhão de pessoas em todo mundo refletindo suas prioridades em relação às questões de desenvolvimento. O objetivo do documento ajudar os Estados-Membros da ONU a elaborar um quadro sucessor das metas antipobreza conhecidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que expiram em 2015. A publicação, intitulada “Um Milhão de Vozes: O Mundo que Queremos”, é o resultado de 88 consultas nacionais, incluindo o Brasil, 11 diálogos temáticos, e uma pesquisa global online realizados entre dezembro de 2012 e abril de 2013. Estas consultas foram organizadas pelo Grupo de Desenvolvimento da ONU, que reúne 32 agências e fundos da organização. Entre as principais mensagens do relatório, está o desejo dos participantes - metade com idade inferior a 30 anos - de desempenhar um papel na mudança do mundo. Enquanto concordaram que os ODM cobrem áreas fundamentais de desenvolvimento ainda importantes, os participantes também manifestaram a necessidade de combater a desigualdade dentro e entre os países. No Brasil, as pessoas consultadas afirmam que a boa educação deve produzir mudanças na qualidade de vida e pediram uma maior aproximação da educação com o contexto regional. Demandas pela luta contra a corrupção, desigualdade, violência e melhores serviços de saúde também foram ouvidas.

[www.onu.org.br](http://www.onu.org.br)

## EDUCAÇÃO TEM AVANÇADO, MAS É AINDA PRINCIPAL DESAFIO BRASILEIRO

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das cidades brasileiras foi divulgado em 29 de julho pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Os dados revelam expressivo avanço do país ao longo dos últimos 20 anos, mas também mostram que a educação se mantém como o principal desafio. O IDHM é composto por três variáveis: educação, longevidade e renda. Entre 1991 e 2010, no Brasil, o índice cresceu 47,5% (de 0,493 para 0,727). O sub-índice Educação é o que mais compromete o desempenho do país. Em 2010, a área teve pontuação de 0,637, enquanto os sub-índices Renda (0,739) e Longevidade (0,816) alcançaram níveis maiores. Mesmo sendo o componente com pior pontuação, foi na Educação que mais houve avanço nas duas últimas décadas. Em relação ao índice de 0,279 registrado em 1991, o crescimento em Educação representa um salto de 128%. “Saímos de um patamar muito baixo e isso mostra o esforço que o país fez na área. Mas ainda não estamos bem. O IDHM Educação é o que menos contribuiu e onde temos os maiores desafios para superar”, avaliou Marco Aurélio Costa, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um dos parceiros na realização do estudo.

[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

# LUTA CONTRA O CÂNCER NO BRASIL

SEGUNDO LUCIANA HOLTZ, DO INSTITUTO ONCOGUIA, DIAGNÓSTICO PRECOCE E INFORMAÇÃO SÃO AS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DE COMBATE À DOENÇA

*Por* **Thais Iannarelli**

**S**egundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), de 2012 para 2013 quase 520 mil novos casos de câncer foram diagnosticados no país, sendo mais frequentes o de próstata, mama e colo do útero. Criado em 2003 como um portal de notícias, o Oncoguia atua para levar informação de qualidade sobre a doença no país, e, em 2009, tornou-se uma organização sem fins lucrativos e ampliou sua atuação. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Luciana Holtz de Camargo Barros, presidente do Instituto Oncoguia, fala sobre o trabalho da instituição e sobre a realidade da doença no país.

**Revista Filantropia: Conte-nos um pouco sobre sua formação e como começou a atuar na área de câncer.**

**Luciana Holtz:** Sou psicóloga, e toda a minha formação sempre foi muito voltada à área da saúde. Fiz psicologia hospitalar, depois psico-oncologia e, ainda, bioética. Passei a atender muitos pacientes com câncer, e aí percebi que a informação pode ser muito negativa e inútil quando não é de qualidade. Ela pode atrapalhar, e muito. Por isso, em 2003 criei o site Oncoguia, e seu único objetivo era promover informações de qualidade para ajudar os pacientes com câncer a viverem melhor. Durante seis anos, fiquei só com o site, mas mergulhei profundamente no mundo da oncologia e fui me aproximando de algumas ONGs. O trabalho foi crescendo devagar e aí convidei um grupo de médicos, oncologistas, advogados, todos profissionais que atuam na área da saúde, assim como pacientes de câncer, para fundar o Oncoguia, em 2009.



**RF: E que mudanças ocorreram após a criação do Instituto Oncoguia?**

**LH:** Aí adotamos o formato de ONG, e temos a missão de acabar com o preconceito, sofrimento e mortes causadas pelo câncer por meio de projetos de educação, apoio e defesa de direitos. Nossa causa é muito grande, tanto de informação e educação quanto de *advocacy*, de defesa da causa, do paciente, atuando como a voz dele no país. Mas acho que essa transição foi um crescimento esperado. Mudamos de tamanho, definimos um trabalho mais estruturado, de forma profissional. Para mim era muito claro que, para entrar no Terceiro Setor, era preciso fazê-lo de forma profissional e séria, e esse era um desafio. Hoje são quase 20 pessoas envolvidas no projeto, entre voluntários e funcionários.

**RF: Como você analisa o acesso à informação hoje no país, em termos de saúde?**

**LH:** Acho que hoje existe uma acessibilidade enorme, que é o famoso 'Dr. Google'. É a primeira coisa que as pessoas fazem, buscam na internet a informação. Se você buscar a palavra 'câncer', vai encontrar milhões de links. Então como saber o que é confiável e o que não é? Acho legal ter a informação acessível, mas é muito perigoso. Quando a pessoa recebe o diagnóstico, a única certeza que se tem é de estar perdido, e nessa hora é necessário ter alguém que pegue na mão, que oriente. No Oncoguia, temos muita informação específica para cada tipo de câncer, os direitos dos pacientes, uma página só sobre qualidade de vida, vídeos. Temos também temas estratégicos mensais que são abertos para comentários, assim podemos saber se a informação é útil ou não. Porém, me termos de cenário do país, temos aproximadamente 520 mil novos casos por ano, e esta situação é preocupante, porque, deste número, quase metade é diagnosticada tarde, em estágios avançados da doença. Com o diagnóstico precoce, falamos de cura em praticamente 95% dos casos, com tratamentos menos agressivos. Então ainda existe a desinformação, o medo que as pessoas têm desta doença e de descobri-la. Mas a mensagem que queremos passar é que o diagnóstico precoce e a prevenção são chave para resolver o problema e virar a página.

**RF: E em termos de acesso a tratamentos no país?**

**LH:** A política pública voltada ao câncer no Brasil precisa melhorar. Temos tratamentos defasados e muitos avanços da medicina não estão presentes no SUS. Isso sem contar os problemas com planos de saúde e tempo de espera, já que, no câncer, não se pode esperar. E o acesso não está bom. Falando do paciente do SUS, ele não tem acesso ao que existe hoje de mais recente na medicina. Temos batalhado também para melhorar o processo de incorporação de medicamentos, que



Luciana Holtz, fundadora do Oncoguia

são caros. Além disso, tem outra coisa antes de chegar ao tratamento, que é o tempo do diagnóstico. A pessoa vai ao posto de saúde e, se desconfiarem que há algo errado, ele precisa conseguir um exame ou uma biópsia, e isso pode levar meses. Após o diagnóstico, tem mais fila para o início de tratamento. Ouvimos histórias de um ou dois anos deste percurso. Então esta é a etapa fundamental a ser trabalhada. Por isso trabalhamos com *advocacy*, monitorando projetos de lei, trabalhando com um 0800 pelo site, para ouvir as demandas dos pacientes. Passamos o dia reunindo problemas que definem nossa atuação. Por exemplo, agora existe um projeto de lei para que os planos de saúde custeiem a quimioterapia oral, já que hoje 40% dos quimioterápicos são orais. Isso seria uma grande conquista.

**RF: E como você avalia o trabalho das ONGs que tratam de câncer no Brasil?**

**LH:** Tem muita gente fazendo coisas legais, como o Hospital de Barretos, que tem um trabalho incrível, a Abrale, que trabalha com as condições onco-hematológicas, que também segue a linha de informar, do *advocacy*. Temos o Se Toque, em São Paulo, o Instituto Avon, entre muitas outras instituições que atuam pela causa. Não tenho dúvida que a realidade seria diferente se não fosse pelo trabalho dessas instituições. Todas lutam no dia a dia para melhorar a situação do câncer no Brasil. Temos que tirar o câncer da fila de espera, e há muito a ser feito. Acho que o desafio para nós é estar perto de outros grupos e construir projetos em conjunto para alcançar este objetivo. 📌

# Treinamentos em Gestão Social



São Paulo-SP  
**18 a 22**  
**de novembro**

**Oficina prática em  
Elaboração de Projetos**

Michel Freller, Danilo Tiisel e Marcio Zeppelini

São Paulo-SP  
**19 de novembro**

**Marketing digital  
para projetos sociais**

Marcio Okabe

São Paulo-SP  
**21 de novembro**

**ABNT NBR 16001 e ISO 26000**

Francisco Biazini

São Paulo-SP  
**25 de novembro**

**Eventos: Estratégias, visibilidade  
e captação de recursos**

Camila Figueiredo e Michel Freller

São Paulo-SP  
**26 de novembro**

**Storytelling: comunicação  
e captação de recursos**

Fabiana Dias

São Paulo-SP  
**27 de novembro**

**Diplomacia Municipal -  
Paradiplomacia e atração de  
investimentos**

Bruno Soller

São Paulo-SP  
**27 de novembro**

**Desenvolvimento de  
Competências: Gestão de Talentos**

Andrea Medina e Tiemi Yamashita

São Paulo-SP  
**28 de novembro**

**Certificações e normatizações  
da responsabilidade social e da  
sustentabilidade**

Augusto Roque

São Paulo-SP  
**29 de novembro**

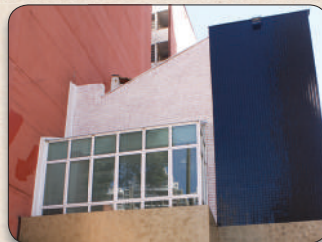
**Marketing 3.0 e Sustentabilidade**

Val Sátiro

São Paulo-SP  
**29 de novembro**

**Aspectos jurídicos e  
Organizacionais do Terceiro Setor**

Sérgio Monello e Priscilla Trugillo



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA  
**FILANTROPIA**

**Inscrições e informações**

[www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)

(11) 2978-6686

[dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br)

diálogo  
social



Accesse o site pelo  
seu smartphone



## LEI ROUANET EM FOCO

COMENTÁRIOS SOBRE A NOVA INSTRUÇÃO NORMATIVA  
DA CULTURA E O FUTURO DO PROCULTURA

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 1º de julho de 2013, nova Instrução Normativa (IN) que readequa procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento e prestação de contas de propostas incentivadas via Lei Rouanet. A mudança tem o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), além de atender as demandas dos proponentes. ►



As novas regras para projetos que buscam autorização para captação de recursos começam a valer a partir desta data. A Instrução atualiza regras, incorpora e legitima critérios já sedimentados na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), organiza fluxos internos, estabelece novos prazos e disciplina conceitos.

Vale ressaltar que o secretário da Sefic, Henilton Menezes, está à frente dessas INs que visam à profissionalização dos procedimentos para que não fiquem dúvidas aos produtores nem aos funcionários e pareceristas do Ministério da Cultura (MinC). A vantagem de não precisar ler várias leis e instruções, visto que estão todas concentradas na IN, é de grande valia para o setor. Percebe-se claramente a melhora da gestão e da diminuição dos prazos de análise.

## MUDANÇAS

Dentre as principais mudanças está a equiparação do empreendedor individual à pessoa física para fins de limites de projetos e valores. A modificação se deve às características dos microempreendedores individuais (MEI), já que não possuem ato constitutivo próprio de pessoa jurídica nem capital social, semelhantemente às pessoas físicas. Esse limite é hoje de R\$ 850 mil entre dois projetos ativos. Os limites podem dobrar caso o proponente tenha captado mais de 33% de seus projetos aprovados nos três últimos anos. O limite para empresas e cooperativas é bem maior, porém, muitos MEI não gostaram de ser equiparados a pessoas físicas.

Outra alteração é no tocante à regra que limitava a remuneração do proponente em 10% do valor do projeto, até o limite de R\$ 100.000. Agora, o proponente será remunerado por serviços prestados, desde que fique comprovado que o serviço seja o mais econômico. Para tanto, deverá apresentar outros dois orçamentos para comprovar a economicidade. Essa alteração visa evitar a contratação de profissionais de forma esporádica, para ficar dentro do limite anterior, e criará mais empregos permanentes na área cultural. Continua a necessidade de apontar no projeto quais serão os serviços prestados pelo proponente.

Há novidades também nas regras de democratização do acesso. Antes, a norma não estabelecia os limites para distribuição e comercialização dos produtos decorrentes dos projetos culturais incentivados. Além das medidas descritas no decreto nº 5.761, de 2006, que regulamenta a Lei Rouanet, na nova IN foi estabelecida a obrigatoriedade de doação de no mínimo 10% dos produtos culturais para a população de baixa renda (ainda não se sabe como será a comprovação).

*A remuneração para autor da obra, que antes era restrita a eventos gratuitos, agora atinge somente projetos da área de música, em razão da existência de um escritório de arrecadação dos direitos desses autores, ou seja, autores teatrais e de livros podem ser remunerados com recursos do incentivo mesmo que vendam seus produtos culturais.*

No tocante à comercialização, estabelece que 20% dos produtos deverão ser comercializados a preços populares que não ultrapassem o teto do Vale-Cultura – que é de R\$ 50,00 (iniciativa excelente). Os demais 50% dos produtos poderão ser comercializados a critério do proponente, desde que superadas as instâncias de análise do MinC. Visa possibilitar a complementação de receita quando da não captação total do projeto e atende as necessidades de grandes espetáculos (como os musicais).

O pagamento de direitos autorais também foi contemplado na nova Instrução. A remuneração para autor da obra, que antes era restrita a eventos gratuitos, agora atinge somente projetos da área de música, em razão da existência de um escritório de arrecadação dos direitos desses autores, ou seja, autores teatrais e de livros podem ser remunerados com recursos do incentivo mesmo que vendam seus produtos culturais.

Outra boa notícia é quanto ao remanejamento de valores dos projetos. Antes, poderiam ocorrer alterações de valores de itens orçamentários do projeto, sem a prévia autorização do MinC, desde que não extrapolassem o limite de 15% do valor do item, para mais ou para menos. Com a nova regra, o limite foi ampliado para 20%. A complementação de recursos para a execução de um mesmo projeto também teve suas margens aumentadas. O limite, que era de 25% do valor já aprovado, subiu para 50%. Decisões muito úteis para o produtor cultural, modernizando a gestão e flexibilizando a execução do projeto.

A nova Instrução também abre a possibilidade de parcelamento de débitos. A ideia é proporcionar o ressarcimento parcelado de débitos sem inviabilizar o fluxo de caixa de empresas e entidades que necessitam dos incentivos fiscais da Lei Rouanet para a manutenção das atividades. Apesar de atender poucos produtores, é uma boa prática de gestão e um castigo para quem segue as leis corretamente.



*Outro desafio é buscar recursos entre as pessoas físicas. Somente 15 mil dentre os 8 milhões de possíveis doadores utilizaram o incentivo à cultura no ano passado. A desconfiança, o desconhecimento e a necessidade de aportar os recursos ainda em dezembro do ano em curso (para apurar o imposto no final de abril e receber a devolução a partir de julho) são um grande empecilho*

Outras alterações importantes visam à clareza para a melhora da gestão interna da Sefic, como, por exemplo, a prorrogação do prazo de captação para além do exercício fiscal, liberando um grande trabalho dos funcionários em dezembro, analisando e prorrogando 12 mil projetos a cada ano. As vistorias *in loco* irão permitir à equipe técnica da Sefic a correta execução do projeto. Só devem temer aqueles produtores que não seguem o projeto proposto.

Para saber sobre todas as alterações que a IN traz, é importante a leitura de todas as novas normas. Você pode ter acesso a todo o conteúdo na página do Ministério da Cultura, na parte de legislação.

Segundo Henilton Menezes, em encontro com a sociedade civil em São Paulo no último mês de agosto, no ano de 2012, captou-se cerca de R\$ 1,2 bilhão para a Cultura dos R\$ 1,7 bilhão possível.

Conforme dados dos outros Ministérios, estima-se que essa captação com incentivos chegue perto de R\$ 2 bilhões. No congresso do Gife de 2012, mostrou-se que as empresas utilizam os incentivos em menos de 20% dos aportes aos projetos escolhidos, ou seja, 80% dos valores investidos pelas empresas é sem incentivo, o que obriga as organizações sociais a terem bons projetos, com resultados de impacto social bem definidos.

Hoje, as empresas podem aproveitar até 9% do imposto de renda, e as pessoas físicas, 8%, conforme a tabela.

Na prática, o que vemos é que não são poucos os incentivos, porém, o não conhecimento leva muitas empresas a não utilizarem esse mecanismo. Foram apenas 3.500 que apoiaram a cultura e 1.500 que apoiaram o esporte em 2012. Cabe a nós, sociedade civil e captadores de recursos, esclarecer a sociedade sobre essa oportunidade. Também é verdade que somente as empresas que declaram por lucro real podem utilizar esse mecanismo. Estima-se que existam 30 mil empresas com lucro significativo dentre as 150 mil

que declaram por lucro real, ou seja, ainda estamos longe de atingir o mercado potencial.


Outro desafio é buscar recursos entre as pessoas físicas. Somente 15 mil dentre os 8 milhões de possíveis doadores utilizaram o incentivo à cultura no ano passado. A desconfiança, o desconhecimento e a necessidade de aportar os recursos ainda em dezembro do ano em curso (para apurar o imposto no final de abril e receber a devolução a partir de julho) são um grande empecilho.

O Procultura, lei que tramita no Congresso com o substitutivo do deputado Pedro Eugênio, que participou do encontro, poderia resolver grande parte das melhorias que tanto o ministério quanto a sociedade enxergam para o setor, como a descentralização dos investimentos no Sudeste, a desconcentração de patrocinadores e de produtores, bem como a possibilidade de a pessoa física doar no mesmo dia da entrega da declaração (o que já acontece com o incentivo para as crianças e adolescentes). Infelizmente, nesse encontro no mês de agosto, todos os debatedores foram pessimistas quanto às possibilidades de aprovação da lei ainda este ano e desconfiam da possibilidade para o ano que vem, que, além de tudo, será um ano eleitoral.

O MinC teria condição de propor várias alterações sem a necessidade de uma lei que passasse no Congresso, e talvez estejamos perdendo uma oportunidade de melhorias, aguardando uma solução ótima que talvez não venha. O direcionamento dos recursos das empresas nas quais o governo tenha a maioria das ações para os fundos de cultura seria uma dessas medidas, que não necessita de leis, mas apenas conversas políticas entre os ministros, permitindo o destino desses recursos para regiões e projetos com menos capacidade de articulação. Hoje, existem 11.995 organizações sem fins lucrativos da área da cultura e arte no Brasil, representando 4,1% do total das quase 290 mil no país levantadas pela FASFIL, a pesquisa que levantou

## DESTINAÇÃO DE IMPOSTOS A AÇÕES SOCIAIS

INCENTIVOS FISCAIS	EMPRESAS LUCRO REAL	PESSOAS - MODELO COMPLETO
	% DO IR DEVIDO	
Cultura	4	
Esporte	1	6
Crianças	1	
Idoso	1	
Pronon	1	1
Pronas	1	1
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>8</b>

a quantidade e perfil das associações e fundações brasileiras em 2010. Todas elas acompanham de perto (ou deveriam acompanhar) o desfecho do futuro da lei de incentivo à cultura. 



MARKET ANALYSIS

### EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

# JUNTOS PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO BRASIL

EVENTO SEM FINS LUCRATIVOS

28 - 30  
Novembro  
2013

EXPO CENTER NORTE  
SÃO PAULO - SP



5ª  
EDIÇÃO

## O MAIOR ENCONTRO INTERSETORIAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA AMÉRICA LATINA

- Mais de 500 expositores de 13 segmentos
- Mais de 15.000 m<sup>2</sup> de exposição
- Mais de 150 palestras de alto nível

# ONG. Brasil

FEIRA E CONGRESSO INTERNACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO E DA PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

### PATROCÍNIO



### APOIO



### PARCEIROS DE MÍDIA



### REALIZAÇÃO



Acesse e faça parte desse projeto:

[www.ongbrasil.com.br](http://www.ongbrasil.com.br)

Entre em contato pelo 11 4878-5990 ou [ongbrasil@ongbrasil.com.br](mailto:ongbrasil@ongbrasil.com.br)





# RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO FINANCEIRA

## Confira algumas dicas para a utilização correta dos recursos do Siconv

A maioria dos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, quando aprovados, demoram para ter seus recursos liberados e, conseqüentemente, com o tempo, os valores previstos sofrem alterações que exigem estratégias para que o projeto possa ser viabilizado.

Assim que os recursos ingressam na conta, reserve um tempo e solicite novos orçamentos, realize a pesquisa de mercado e identifique as variações do que foi solicitado em relação aos valores de mercado atuais. Sempre haverá alguma diferença.

O artigo *Captando Recursos com o Governo Federal*, na edição 62 da **Revista Filantropia**, trouxe os 11 passos para a eficiência em execução de projetos. É importante destacar um deles – “remanejamento de recursos ou rendimentos da aplicação”.

Como realizar esses processos?

### REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Para realizar o remanejamento de recursos, é necessário solicitar um Ajuste do Plano de Trabalho. Isso dará a você a possibilidade de alterar as abas Crono Físico, Crono Desembolso e Plano de Aplicação Detalhado; a solicitação poderá ser em apenas uma aba ou todas, simultaneamente.

Verifique a planilha de memória de cálculo que você elaborou e observe alguns pontos importantes:

1. Identifique quais itens ficaram mais caros e quais ficaram mais baratos.
2. Observe se esses itens contemplam as mesmas etapas e metas.
3. Verifique se a natureza de despesa é mesma.  
Atenção! Você não poderá remanejar recursos de material permanente para custeio, ou vice-versa.
4. Realize os ajustes necessários na planilha antes de começar a alterar o sistema.

Tendo observado esses pontos, você realizará com sucesso o remanejamento de recursos.

### RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO

Os rendimentos são recursos provenientes do saldo da aplicação financeira enquanto não utilizado na execução do plano de trabalho. A Portaria Interministerial 507/2011, no artigo 54, § 2º, diz que: “Os rendimentos das aplicações financeiras somente poderão ser aplicados no objeto do convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos”.

Esse recurso poderá ser utilizado para ampliação do objeto ou complementação de valores.

Para utilizá-lo, você precisará seguir alguns passos:

- 1º Se o seu convênio, contrato de repasse ou termo de parceria não opera por Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV), será necessário informar o valor do rendimento e o período na aba Ingresso de Recurso. A OBTV gera o valor de forma automática.
- 2º Identifique sua real necessidade. Não solicite utilização dos rendimentos se os recursos do convênio são suficientes.
- 3º Na aba Rendimentos da Aplicação, solicite a utilização; para isso, será necessário ter uma boa justificativa e já apresentar sua pesquisa de mercado para comprovar os valores solicitados. Nunca solicite valores superiores aos que você for utilizar!
- 4º Se aprovado, realize os ajustes no plano de trabalho. Você verá que tudo o que fizer será sempre vinculado com a informação de rendimento da aplicação. Será necessário ajustar todas as abas de trabalho.
  1. Inclua uma meta e sua etapa.
  2. Inclua uma parcela de desembolso para que possa vincular a meta inserida.
  3. Inclua os itens que serão acrescidos em seu plano de trabalho: podem ser itens já existentes ou outros, desde que justifiquem sua utilização no objeto do convênio.
- 5º Envie os ajustes para aprovação e realize a execução obedecendo à necessidade de realizar o processo de compra. Dica! Entre em contato com os pareceristas para que façam a análise o quanto antes. Alguns ministérios se recusam a permitir tal utilização, pois o trâmite interno é oneroso e moroso!

### O QUE ESSAS SOLICITAÇÕES IMPLICAM?

Quando solicitamos qualquer alteração no plano de trabalho, ficamos impedidos de realizar qualquer operação na execução, pois o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) funciona como engrenagem, ou seja, cada informação inserida é vinculada a outra já existente.

Se o seu convênio opera por OBTV, você não conseguirá efetivar pagamentos; portanto, planeje-se, para que uma ferramenta de melhoria do projeto não se torne uma dor de cabeça e um problema com os fornecedores ou prestadores de serviço.

Esteja atento a todos os detalhes, pois o resultado final sempre deve ser a boa gestão dos recursos. 📌



### Ressoar Solidário

Ações de voluntariado em diversas áreas por todo o Brasil.



### Programa Ressoar

Apresentado por Chris Flores, o Programa Ressoar vai ao ar pela Record News todos os domingos às 19h30, com reprise nos sábados seguintes às 11h30. Por meio de reportagens e entrevistas, abre espaço para o debate sobre o terceiro setor, incluindo temas econômicos, sociais e educacionais.



### Projeto Nova Canaã

Educação, esportes e alimentação para 600 crianças de Irecê, no sertão da Bahia.



# INSTITUTO RESSOAR



### Ressoar nos Bairros

200 mil atendimentos por ano. Diversão e prestação de serviços para quem mais precisa.

### Ressoar Multimeios

Curso de capacitação profissional na área audiovisual com 700 alunos inscritos a cada etapa.



## É MAIS QUE ESPERANÇA. É REALIZAÇÃO!

Junte-se à nós e seja mais que esperança na vida de muita gente!  
Faça parte de nossos projetos.  
Vamos tornar a sociedade mais justa e menos desigual.

**Fale conosco - [ressoar@ressoar.org.br](mailto:ressoar@ressoar.org.br)**



[www.ressoar.org.br](http://www.ressoar.org.br)



[facebook.com/institutoressoar](https://facebook.com/institutoressoar)



[twitter.com/ressoar](https://twitter.com/ressoar)

# TERCEIRO SETOR NA “ERA DOS APLICATIVOS”

SELECIONAMOS 15 APPS QUE AJUDARÃO OS GESTORES DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS A TORNAR MAIS EFICIENTE O CUMPRIMENTO DAS TAREFAS DO DIA A DIA

*Por Luciano Guimarães*

O avanço da internet rápida, a expansão do acesso a dispositivos móveis e o surgimento de diversas soluções tecnológicas para o ambiente virtual estão facilitando e agilizando a execução das atividades de quem atua no Terceiro Setor, especialmente gestores e profissionais que atuam nas organizações sociais.

Pagos ou gratuitos, os aplicativos (apps) disponíveis no mercado tornaram-se ferramentas essenciais para economizar tempo e recursos, além de proporcionar mais segurança no cumprimento de diferentes tarefas. A cada dia, a web recebe novidades nesse campo.

Os apps podem ser utilizados para diversos fins – comunicação à distância, troca e armazenamento de arquivos, agenda, gestão de tempo e recursos, apresentação e gerenciamento de projetos e portfólios, além de muitas outras funcionalidades. Entretanto, só serão eficazes se usados em seu potencial máximo. Conheça alguns apps bastante úteis para sua gestão.

## COMUNICAÇÃO



### SKYPE

[www.skype.com](http://www.skype.com)

Sucesso no mundo inteiro, não apenas por sua interface simples e funcionalidade descomplicada, o Skype chegou aos dispositivos móveis e está disponível para Android, Windows Phone, iPhone e BlackBerry, podendo ser baixado gratuitamente nas respectivas lojas virtuais. São muitas as vantagens, e a maioria delas é gratuita, como envio e recebimento de mensagens de chat e fotos, vídeos e arquivos de qualquer tamanho, além de chamadas com vídeo e voz com uma conexão Wi-Fi ou 3G. Destaque para a integração das contas do MSN Messenger às da Microsoft e do Facebook. Gratuito para a comunicação entre usuários, necessita da compra de créditos para a realização de ligações para telefones fixos e celulares.



### MIGHTYTEXT

[mightytext.net](http://mightytext.net)

Este aplicativo é mesmo poderoso, como diz seu nome. Ele não pode faltar no dia a dia dos profissionais do Terceiro Setor, em especial para quem atua fora da entidade. Desenvolvido a partir do conceito de sincronização de mensagens entre diferentes dispositivos, permite o envio e recebimento de SMS de qualquer computador com Windows ou Mac conectado ao serviço e à internet. Caso o usuário esqueça o celular, continuará recebendo informações como ligações perdidas ou SMS pela web. Com versões para Android, Chrome, Firefox, Safari e Internet Explorer, este app utiliza as tarifas da operadora do smartphone, sem a necessidade de cadastro de um segundo telefone. O ponto negativo é que não exporta nomes de contatos para o computador. É gratuito.



### WHATSAPP

[www.whatsapp.com](http://www.whatsapp.com)

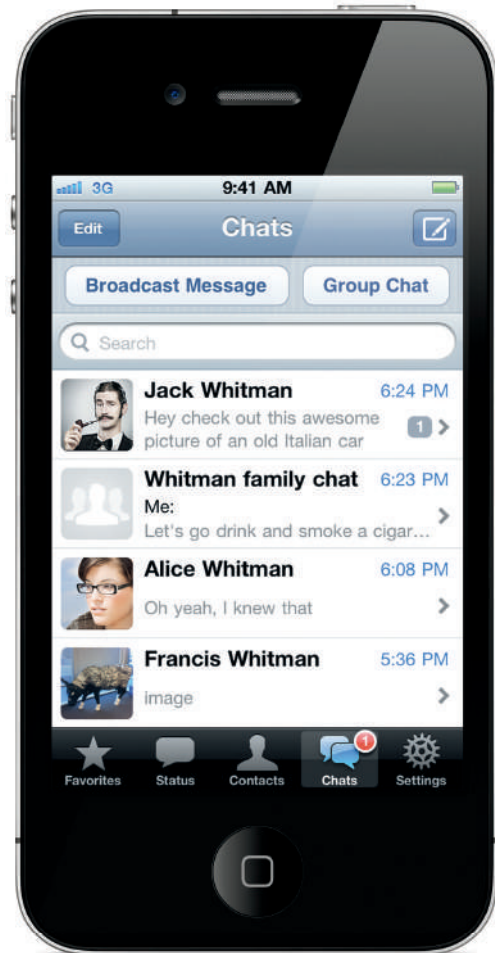
Na onda da comunicação gratuita proporcionada pela internet, este app multiplataforma permite trocar SMS pelo celular sem pagar por isso. Está disponível para iPhone, BlackBerry, Windows Phone, Android e Nokia. O Whatsapp tem recursos interessantes, como chat em grupo e envio de imagens, vídeos e sons, somente usando o número do celular. É gratuito.



### OUTLOOK.COM

[windows.microsoft.com](http://windows.microsoft.com)

Desenvolvido pela Microsoft, é um serviço de e-mail on-line disponível para dispositivos móveis com iOS, Android e Windows Phone. Com interface limpa e atraente, permite enviar e receber mensagens eletrônicas e mostra-se eficiente por trazer consigo o acesso rápido a outras aplicações on-line criadas pela empresa. Versátil, o Outlook.com possibilita a abertura dos programas Word, Excel, PowerPoint e OneNote on-line a partir de qualquer computador, mesmo sem o pacote Office instalado. Entre os destaques está sua integração com Gmail, Hotmail e SkyDrive e às redes sociais Facebook, Twitter e LinkedIn, proporcionando ao usuário a visualização das últimas publicações de seus contatos. A versão gratuita traz a apresentação de banners de propaganda.



## ARMAZENAMENTO



### DROPBOX

[www.dropbox.com](http://www.dropbox.com)

Segue a mesma linha de aplicativos voltados a armazenamento de dados e tem diversas funcionalidades que vêm bem a calhar em situações de aperto. Mesmo com apenas 2,5 GB de espaço gratuito, pode ser acessado de qualquer lugar. Ao ser instalado no computador, os arquivos salvos na pasta do Dropbox serão automaticamente copiados para todos os computadores e dispositivos Android do usuário, incluindo o site do app. Entre seus recursos, destaca-se o salvamento de anexos de e-mail direto no ambiente virtual. Há versões pagas que liberam até 500 GB de espaço na "nuvem". Há também a versão para times, com até 2 TB de capacidade.



### SKYDRIVE

[windows.microsoft.com](http://windows.microsoft.com)

Aplicativo fabricado pela Microsoft, está disponível para Windows 8, Mac OS X e Mobile e destaca-se pelos 7 GB de espaço grátis e por sua interface *clean*. Há quatro *status* para deixar os arquivos acessíveis: "Pública" (todos os usuários da rede Windows Live), "Minha rede" (amigos virtuais), "Pessoas selecionadas" (ideal para gestores e equipes, pois o usuário escolhe quem deve ver o conteúdo) e "Somente eu" (apenas o titular da conta). É possível liberar até 100 GB de espaço pagando uma anuidade.



### GOOGLE DOCS

[docs.google.com](http://docs.google.com)

Para os gestores e suas equipes, trata-se de uma verdadeira "mão na roda" na hora de criar, editar e compartilhar documentos, pois está baseado na web, mas já aceita edição em modo off-line e integra-se com o Google Drive. Trabalha com os formatos de arquivos mais conhecidos, incluindo DOC, XLS, ODT, ODS, RTF, CSV e PPT. Gratuito, possibilita aperfeiçoar o desempenho de tarefas como criação de listas com marcadores, classificação por colunas, além da inclusão de tabelas, imagens, comentários e fórmulas, assim como alteração de fontes. O gestor pode escolher os membros de sua equipe que poderão acessar ou até editar arquivos.



### GOOGLE DRIVE

[www.google.com/drive/](http://www.google.com/drive/)

Com o conceito de computação em nuvem ganhando cada vez mais adeptos, este serviço de armazenamento de arquivos on-line pode ser acessado de qualquer lugar, com login e senha. Este aplicativo para *back-up* é gratuito para um espaço de 5 GB, mas há opções pagas para obter mais capacidade.

## ORGANIZAÇÃO



### GOOGLE AGENDA

[www.google.com/calendar](http://www.google.com/calendar)

Compromissos internos e externos, como reuniões com fomentadores de projetos e equipes de colaboradores e até a participação em eventos, podem ser sempre lembrados com este aplicativo de agenda e calendário on-line. A ferramenta é bem simples de usar. Ao criar um compromisso, basta usar uma linha de texto, clicar em um horário desejado e digitar a descrição da tarefa, sem precisar preencher mais nada. Mesmo quem tem o hábito de se esquecer dos afazeres pode se valer das notificações de alerta. O app integra-se com o Google Calendar Sync, possibilitando inserir um evento no Outlook do desktop do trabalho e ser avisado no Google Agenda no smartphone.



### TIME FLIES

[timefliesapp.com](http://timefliesapp.com)

*Super Simple Event Tracking*. Problema bem comum no dia a dia de muitos gestores, a desorganização pode ser vencida com este app, que gerencia eventos de forma eficiente. O usuário define qual e quando o evento vai ocorrer e recebe uma notificação de aviso. Por enquanto, está disponível apenas para iOS, mas, em breve, terá versões para Android e BlackBerry.



## DOCUMENTOS E PORTFÓLIO



### DOCSCAN

[itunes.apple.com](https://itunes.apple.com)

Aplicativo robusto e de fácil utilização, permite ao usuário escanear documentos usando a câmera do dispositivo para, em seguida, enviá-los por e-mail em PDF ou JPEG ou imprimi-los diretamente. A qualidade do trabalho é tão boa que nem parece ter sido feito por um smartphone. A versatilidade do app é tamanha que, ao capturar a imagem no display, basta marcar os quatro cantos da mesma e ele deixará a imagem reta, como se realmente tivesse passado por um scanner. Disponível para iPhone, iPod Touch e iPad. Gratuito, mas com poucos reais é possível adquirir uma ferramenta para o envio de fax.



### SOFTTERIA

[www.softteria.com.br](http://www.softteria.com.br)

Gestão de diversos projetos ao mesmo tempo; possibilidade de dividi-los em fases; controle de tarefas; e gerenciamento de eventos (lembretes, compromissos, reuniões). Essas são apenas algumas das funcionalidades deste aplicativo, que auxiliará os gestores a controlar tempo e custos, gerenciar a comunicação interna entre os colaboradores e os contatos com os *stakeholders*. Segundo o desenvolvedor, ele possibilita até o aumento da produtividade da equipe, a redução de atrasos no projeto e melhoria no compartilhamento de informações. Gratuito para um usuário.



### PORTFÓLIO FOR IPAD

[ipadportfolioapp.com](http://ipadportfolioapp.com)

Marcado pela sua organização, este aplicativo permite o upload de imagens pelo Dropbox, iPad ou Mac. Uma vez no ambiente virtual, os arquivos podem ser visualizados. É ideal para gestores e profissionais do Terceiro Setor que necessitam apresentar projetos e portfólio aos *stakeholders*. Para tanto, basta fornecer uma senha ao cliente. Assim, os demais trabalhos do portfólio não serão acessíveis. É pago.



## GESTÃO DE TEMPO E PROJETOS



### PAYMO

[www.paymo.biz](http://www.paymo.biz)

Indicado para quem lida diariamente com a gestão de projetos, este aplicativo é robusto e permite saber o tempo investido por meio de um cronômetro. É acessível de desktops e smartphones. Como funciona bem no ambiente on-line da computação em nuvem, é fundamental para equipes que atuam em campo. O modo básico tem a funcionalidade bastante reduzida, mas há a versão paga, para quem prefere mais recursos.



### HOURSTRACKER

[hourstrackerapp.com](http://hourstrackerapp.com)

Ideal para os gestores que precisam mensurar o tempo e o investimento durante a execução de seus projetos, inclusive medindo o retorno obtido em cada um deles. A partir das informações geradas também pelos colaboradores, é possível saber o nível de produtividade da equipe. Sem um app para desktop, é compatível com iPhone, iPod Touch e iPad e requer o iOS 4.3 ou posterior. É pago.



# VOLUNTARIADO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

“Está comprovado que o papel dos indivíduos é importante, e que, se cada um de nós fizer o que nos compete, a nossa contribuição ao coletivo será considerável”

*Kofi Annan*

No ano 2000, o Brasil e vários outros países comprometeram-se a implantar um conjunto de ações voltadas à superação da pobreza e à promoção do desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, o que deu origem à agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Desde então, essa agenda tornou-se importante elemento para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas, tanto no governo nacional quanto nos Estados e municípios. A repercussão dos ODM foi além dos governos, e toda a sociedade, por meio da mobilização de empresas e entidades, divulgaram as metas e promoveram formas de participação e possibilidades de as metas serem atingidas até 2015. No ano seguinte, 2001, a palavra voluntariado ecoava em vários cantos do Brasil, promovendo o Ano Internacional do Voluntário. Foi a inspiração para planejar de que forma cada cidadão poderia participar e contribuir. O trabalho voluntário foi colocado como estratégia mundial para o desenvolvimento social. Fortalecer a cultura e a prática do voluntariado significa promover a participação cidadã. Por meio dela, cada brasileiro pode se sentir parte ativa na construção de uma nação socialmente mais justa.

As metas de desenvolvimento do milênio entraram também na agenda dos voluntários.

Todos os cidadãos foram incentivados a refletir sobre como cada um pode fazer a sua parte. Seguem aqui algumas dicas e sugestões para a participação e o engajamento de voluntários.

## OS “OITO JEITOS DE MUDAR O MUNDO”

- **Acabar com a miséria e a fome:** reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia e a proporção da população que sofre de fome.
- **Educação básica e de qualidade para todos:** garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, tenham recebido educação de qualidade e concluído o ensino básico.

- **Igualdade entre os sexos e valorização da mulher:** eliminar a disparidade entre os sexos no ensino em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.
- **Reduzir a mortalidade infantil:** reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos.
- **Melhorar a saúde da gestante:** reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna. Deter o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero.
- **Combater Aids, malária e outras doenças:** até 2015, ter detido a propagação do HIV/Aids e garantido o acesso universal ao tratamento. Deter a incidência da malária, da tuberculose e eliminar a hanseníase.
- **Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente:** promover o desenvolvimento sustentável, diminuir a perda de diversidade biológica e reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a água potável e esgotamento sanitário.
- **Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento:** avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro não discriminatório. Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento. Formular e executar estratégias que ofereçam aos jovens um trabalho digno e produtivo. Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial de informação e de comunicações.

Apesar da poderosa rede de colaboradores, ainda são poucos para abraçar a tarefa que esta aí. Há muito por fazer. Nem todas as metas serão atingidas. Governo e sociedade civil uniram-se para fazer o melhor nesse tempo que ainda temos. Existe também o compromisso de compartilhar os indicadores e as metas atingidas, para que se possa pensar em novas estratégias e campanhas. A conquista de novos adeptos, a profissionalização dos projetos sociais, a capacitação de líderes, a renovação do interesse daqueles que já põem a mão na massa em prol do social e o fomento de caminhos alternativos colocam-se como desafios permanentes. Agora é hora de descobrir onde e quem pode ser ajudado com essas informações. 📌



### ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

- ▶ Elaborar e distribuir folhetos, orientando sobre o que é uma boa alimentação.
- ▶ Incentivar a amamentação.
- ▶ Compartilhar com as famílias, explicando os benefícios de uma alimentação balanceada.
- ▶ Buscar parcerias que ajudem a enriquecer a merenda escolar.
- ▶ Formar um grupo de mães ou merendeiras que ensinem o melhor aproveitamento dos alimentos, evitando desperdícios.
- ▶ Organizar uma horta comunitária.



### ATINGIR O ENSINO BÁSICO UNIVERSAL

- ▶ Formar um grupo de voluntários que possa dar aulas de reforço em diferentes matérias.
- ▶ Fazer um levantamento dos analfabetos em seu bairro e incentivá-los a frequentar um curso de alfabetização.
- ▶ Identificar os alunos que estão faltando muito às aulas e incentivá-los a frequentar a escola.
- ▶ Fazer e manter uma biblioteca.



### PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

- ▶ Visitar a câmara municipal, entrevistar os vereadores e conhecer suas propostas para ajudar as mulheres de sua cidade.
- ▶ Divulgar que existem, nas grandes cidades, centros de atendimento para mulheres, onde elas podem denunciar a violência e ter um acompanhamento físico e psicológico.
- ▶ Identificar e divulgar novas oportunidades de trabalho para mulheres.
- ▶ Incentivar ações que estimulem as mulheres a buscar alternativas de geração de renda.
- ▶ Educar filhos e filhas para que eles realizem, com igualdade, o trabalho do dia a dia em casa.



### REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

- ▶ Apoiar, divulgar e realizar campanhas e palestras de orientação sobre: como as vacinas protegem o bebê; como a higiene pode evitar algumas doenças; nutrição adequada para o bebê; importância do aleitamento materno.



### MELHORAR A SAÚDE MATERNA

- ▶ Organizar palestras para a comunidade sobre temas como: planejamento familiar, prevenção do câncer de mama e do colo do útero, gravidez de risco e importância dos exames pré-natal.



### COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

- ▶ Identificar as doenças mais comuns na sua comunidade e pesquisar sobre formas de prevenção.
- ▶ Realizar campanha de esclarecimento sobre prevenção e orientação.
- ▶ Identificar profissionais que possam ajudar, como médicos, enfermeiros, pesquisadores, assistentes sociais e professores.
- ▶ Procurar saber onde e quando as pessoas podem ser vacinadas e incentivá-las a participar das campanhas de vacinação.
- ▶ Fazer um levantamento sobre os serviços de saúde disponíveis.



### GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- ▶ Pesquisar sobre a natureza da região.
- ▶ Plantar novas árvores na rua, no parque ou numa área desmatada.
- ▶ Pesquisar sobre a água na sua comunidade.
- ▶ Descobrir o que causa o desperdício de água em cada lugar, em cada casa, e buscar soluções.
- ▶ Mudar os hábitos dentro de casa e fazer economia, aprendendo a usar a água.
- ▶ Organizar um mutirão para limpar as margens de rios e lagos e plantar árvores para prevenir a erosão.



### ESTABELECEER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

- ▶ Denunciar casos de violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes ou procurar o Conselho Tutelar da cidade.
- ▶ Não empregar crianças, para não prejudicar seu desenvolvimento ou comprometer sua infância, e denunciar os casos conhecidos de trabalho infantil.
- ▶ Promover o esporte e a cultura como forma de inclusão.
- ▶ Promover o acesso à informação: palestras, mídias sociais etc.



◀ CLÁUDIA SINTONI é psicóloga e integrante da equipe da Fundação Otacílio Coser. Atua há mais de 20 anos na área social.





# VOLUNTARIADO EMPRESARIAL: SOLIDARIEDADE E ALEGRIA

**E**mpresas que já possuem os seus programas de voluntariado corporativo e outras que desejam iniciar as atividades nessa área, proporcionando aos seus colaboradores a oportunidade de vivenciarem a atuação social, enfrentam o desafio de desenhar uma boa estratégia para engajar as pessoas e trazê-las para essa vivência. Qual seria a melhor forma de chamá-las para a ação, despertando, mesmo naquelas que talvez nunca tenham experimentado o voluntariado em suas vidas, o desejo de praticar um ato de solidariedade?

A respeito dessas estratégias, gostaria de comentar sobre a dimensão lúdica que podemos associar a esse processo de mobilização. Propostas como gincanas de solidariedade têm sido implantadas com sucesso para esse fim em diversas empresas, sempre com altos índices de engajamento e também de benefícios para as comunidades destinatárias das ações. Cabe refletirmos, portanto, sobre as possibilidades que esse formato traz ao movimento de envolver as pessoas com a causa social.

O brincar é uma forma de expressão humana e, assim como a criança precisa das brincadeiras para viver e compreender o mundo à sua volta, também o adulto precisa do lúdico como canal de expressão e reflexão dos seus potenciais, como bem diz a pesquisadora Adriana Friedmann. Consideram-se como lúdicas as brincadeiras, os jogos, a música, a arte, a expressão corporal, ou seja, atividades que mantenham a espontaneidade das crianças. Associar esse aspecto às atividades de voluntariado que podemos propor é trazer o prazer para essa relação de solidariedade. A mensagem aqui é de que ser voluntário é leve, gostoso, ao contrário de ser aquele sacrifício que devemos fazer pelo outro, ideia ainda presente no nosso imaginário, que merece ser desmitificada.

A vivência do voluntariado por meio do brincar pode tornar-se uma interação bastante intensa com os colegas das diversas áreas das empresas e com as pessoas que recebem as ações voluntárias.


Um programa corporativo de voluntariado pretende proporcionar a vivência de cidadania para os colaboradores da organização que o estrutura. E, sim, cidadania é algo a ser vivido. Citando o professor Antonio Carlos Gomes da Costa, que foi consultor de diversas empresas, fundações e institutos empresariais, no prefácio que escreveu para a publicação que justamente sistematizou o Rally Social, um caso de sucesso nessa abordagem lúdica desenvolvido pela Fundação BankBoston e posteriormente reeditado pela Fundação Itaú Social: “A cidadania não pode ser apenas proclamada, regulamentada, divulgada, reconhecida e estudada. Ela só existe realmente quando é vivida pelas pessoas no seu dia a dia.”

Como vivência, portanto, é que o jogo cumpre também um papel importante de provocar aprendizados. Temos que considerar a natureza educativa da sua realização.

Importante atentar para o fato de que o caráter lúdico não descarta a seriedade e a relevância das ações a serem realizadas. Daí a necessidade de uma organização cuidadosa que se preocupe com o desenho de atividades e tarefas dentro de uma gincana, por exemplo, que realmente contribuam com a comunidade a ser beneficiada. Sendo significativas para os voluntários e para os destinatários de suas ações sociais, estas ganham força de continuidade: voluntários começam a querer atuar mais e a comunidade tem um canal para solicitar e interagir mais.

Finalmente, vale comentar sobre o aspecto de celebração, e festa, que eventos como essas gincanas de solidariedade apresentam. Novamente lembrando o professor Antonio Carlos Gomes da Costa, “uma liturgia, um culto aos valores de solidariedade, de partilha, da alegria de servir e da paz”. Esse momento festivo termina por fortalecer os valores positivos presentes na cultura da organização que oferece esse espaço para seus funcionários.

Em ambientes de tanta competitividade, como normalmente nos referimos às empresas, que tal utilizar essa mesma força competitiva para mover ações em favor do bem comum?

Em tempos tão sisudos e frios, que tal então inserir o brincar e toda a alegria potente que vem com essa vivência em nossas estratégias de mobilização, possibilitando um exercício prazeroso de cidadania? 



# A PERFEIÇÃO EXISTE?

## Famílias e trabalho social

**S**e há um assunto comum a todas as pessoas, este assunto é o significado de família, para o bem, para o mal, para o mais ou menos, para o tudo ou para o nada.

Muitas vezes, a família é a vilã, o bode expiatório nas situações de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal. Outras tantas vezes, é vista como mal necessário, e assim por diante.

Fato inegável é que todo ser humano precisou ser cuidado por, pelo menos, um adulto, para sobreviver nos primeiros anos de vida e, a partir daí, construir sua visão de mundo e de família, repetindo modelos ou se transformando no oposto do que viu.

Durante muito tempo, as famílias foram alijadas do processo de trabalho social, sendo o foco marcante o indivíduo

identificado como “problemático”, “difícil”, “agressivo”, “antisocial”, “doente” etc.

Observamos que, do final da década de 1990 até o início dos anos 2000, a família volta a ser olhada como espaço legitimado no qual o indivíduo pode crescer e se superar, desde que visto no contexto da mesma.

É interessante observar que esse distanciamento da família ocorreu em um momento no qual novos arranjos familiares estavam se concretizando na sociedade e, independentemente da vontade e/ou desejo das pessoas engajadas em processos de transformação social, elas vieram para ficar e serem inseridas no contexto das soluções compartilhadas.

Algumas considerações importantes:

## FAMÍLIA IDEAL (PENSADA), FAMÍLIA VIVIDA E MULTIFAMÍLIAS NA COMUNIDADE

Parece que o conceito de Família Ideal (Pensada) é igual ao conceito de bom senso – ou seja, todos acham que têm.

A Família Ideal (Pensada) é idealizada, semelhantemente à da propaganda de tevê, em que todos vivem em estado de total harmonia, felicidade permanente e perfeita. Não há conflitos. E vêm imediatamente à nossa mente, de acordo com o nosso referencial familiar pessoal, características de personalidade, experiências profissionais etc.

Já a Família Vivida nos remete a um conceito mais real e palpável, tanto para a nossa prática profissional quanto para a aceitação do nosso próprio grupo familiar.

Na família vivida cabem todos os modelos: a família intacta, a família recasada/mosaico, monoparental, de pessoas do mesmo sexo, reunidas por laços afetivos, por pessoas em situação de rua, grupos religiosos, família de origem ou família atual etc.

Ao trabalhar com o conceito de Família Vivida, é possível ampliar o conceito e trabalhar com multifamílias, mudando o paradigma do âmbito privado para o público e comunitário, facilitando o processo de construção coletiva de alternativas de convivência, valorização e resgate de estima, trabalhando com o enfoque da resiliência.

Fica aqui uma pergunta para reflexão, sempre útil para aprimorar a prática com famílias e multifamílias: espero encontrar Famílias Ideais ou Vividas quando atuar?

### O PROFISSIONAL: O QUE DIZ E O QUE OUVI

As palavras, assim como os gestos, têm muito força; algumas formas de nomear o segmento de pessoas que acompanhamos, nos grupos familiares e comunitários, podem dar um sinal que identifica como o profissional e/ou a equipe técnica se coloca nesse contexto.

O que vocês acham daquele profissional ou equipe que escreve e/ou fala: eles e nós?

Quem são eles? Todos os envolvidos no processo de atendimento/acolhimento/acompanhamento, e nós, todos... todos os envolvidos no processo de atender/acolher/acompanhar?

Só na divisão desses dois pronomes já identificamos um abismo. Não é à toa que um livro produzido por um grupo de jovens com síndrome de Down tem o título: *Mude seu falar que eu mudo meu ouvir*.

Mais um espaço para reflexão: será essa forma de falar um ato falho, já cristalizado por trás dos paradigmas que criamos, ou uma visão ideológica daquilo que entendemos ser a limitação do outro?

## FAMÍLIA E VISÃO SISTÊMICA

Como o espaço para o trabalho com famílias e multifamílias é amplo, a visão sistêmica amplia e fortalece as diversidades dos grupos familiares e possibilita novas formas de convivência familiar e comunitária.

Ao nos aprofundarmos nessa temática, é possível realizar trabalhos segmentados por prioridade e/ou necessidade, de acordo com a demanda.

A visão sistêmica trabalha com alguns eixos norteadores importantes, mas principalmente com a ideia central de não atuar apenas no efeito, ou seja, no indivíduo que está identificado como “bode expiatório”, senhor de todos os problemas, contextualizando o ambiente familiar e/ou social para entender a causa daquela situação. Como numa dança, todos têm de dar um ou mais passos e sair da “zona de conforto” onde se colocaram, na medida em que apenas uma pessoa deixa de ser o alvo dos cuidados, passando a integrar um grupo familiar em processo de transformação.

É possível refletirmos com as seguintes perguntas: estou preparado para atuar de forma horizontal, disposto a trabalhar naquilo que não foi dito? Qual é o meu limite de atuação tanto institucional quanto pessoal?

## FAMÍLIAS, MULTIFAMÍLIAS E TEMÁTICAS RECORRENTES

Embora cada comunidade seja única e singular, algumas temáticas são recorrentes nestes tempos em que vivemos, sendo comum problematizá-las nos grupos familiares: Dependência Química e Codependência, Violência Domiciliar e Urbana, Envelhecimento e as várias formas de envelhecer na nossa sociedade, o Lugar do Idoso na Família, Direitos Individuais e Coletivos de Crianças, Adolescentes, Inclusão Social, entre outros.

Claro está que, para inserir todos os conteúdos dessas temáticas, é imprescindível trabalhar em rede, valorizar os saberes acadêmicos e populares, conhecer experiências exitosas e se preparar para atender às novas demandas que as tecnologias sociais impõem.

Refletindo: estou confortável neste lugar onde me encontro? O que é necessário para eu mudar de posição, se for o caso?

Quaisquer que sejam as respostas para as perguntas aqui feitas, é sempre bom lembrar que muitas das coisas que encaramos como grandes desafios nada mais são do que desenvolver a nossa capacidade de estabelecer nossos limites e deixar que a vida flua.

Assim, garantimos a nós mesmos e, portanto, também aos outros, certo grau de serenidade e felicidade para valer a pena viver nossas escolhas pessoais e profissionais. Lembrando que não precisamos ser perfeitos, mas inteiros. 🐦



# Pequenas atitudes podem mudar uma vida inteira



Com muita dedicação e carinho a **Casa de Amparo Tia Marly** trabalha para oferecer abrigo a crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar. Há 5 anos assumimos a missão de construir cidadãos de bem para um mundo melhor. Queremos mostrar a essas crianças que vale a pena ter um **sonho** e lutar por ele.

Seja um voluntário, apadrinhe uma criança, assuma uma de nossas despesas ou faça pequenas doações mensais. Ligue para (011) 2099-3725, faça-nos uma visita e veja como é possível **você** mudar o futuro de uma criança.

Participe das mudanças que deseja ver no mundo!



colaboradores





# LÍDERES DE VERDADE INSPIRAM AS PESSOAS

**A**lém de gerenciar equipes, uma importante função de um líder é inspirar as pessoas. A inspiração é uma forma de estímulo que pode ser utilizada com inteligência por gerentes de qualquer organização. Jesus, Moisés e Gandhi foram mestres na comunicação junto aos seus seguidores, pois alteraram seus estados emocionais, motivaram grupos e deram-lhes direção em momentos turbulentos por meio de palavras, imagens e tons de voz inspiradores.

O desafio dos líderes sempre foi neutralizar a apatia, a indiferença e a desmotivação de grupos e comunidades por meio da comunicação motivadora. Nas corporações atuais, há carência de "gestores inspirados"; boa parte deles trabalha a gestão de pessoas no "piloto automático".

A Segunda Guerra Mundial tornou conhecida a fotografia na qual o líder Winston Churchill exibe, com seus dedos, o famoso "V" de vitória. A imagem representa até hoje a coragem britânica em meio a intensos ataques aéreos alemães. A ideia era incentivar os ingleses a resistirem e se manterem motivados às investidas do inimigo germânico. A fotografia, publicada nos jornais da época, tinha a missão de inspirar os liderados e virou símbolo de uma mensagem de força e resistência.

Que estímulos, em forma de mensagens, poderão ser utilizados pelos líderes da atualidade para inspirar colaboradores em momentos de crise e mudanças?

Abraão mobilizou seu povo situado na Mesopotâmia (atual Iraque) a percorrer mais de mil quilômetros até Canaã (atual Israel), enfrentando desafios no deserto e uma longa caminhada em um terreno hostil. Ele conseguiu cativar seus seguidores para o longo percurso por meio de uma frase inspiradora: "Canaã, para onde iremos, é onde corre o *leite e o mel*".

O patriarca ofereceu, em forma de metáfora (leite e mel), a mensagem de que a vida em Canaã valeria o sacrifício, apesar dos desafios a serem enfrentados no deserto. A lição transmitida por Abraão, adaptada aos dias atuais, diz que um líder deve oferecer um "norte" aos seus colaboradores. Um líder inspirado convence seu "time" de que valerão a pena os esforços para atingir a "nossa Canaã", uma terra onde poderemos conquistar a felicidade e nossos desejos mais profundos.

Hoje, muitas pessoas que ocupam cargos de chefia se contentam em serem somente "capatazes de funcionários". Agem mecanicamente e cobram obsessivamente as metas de produção com seus "chicotes verbais". A comunicação desses "chefes" é fria, distante e agressiva, desanimando os funcionários. O resultado é a queda na qualidade de produtos e serviços.

Em situações desafiadoras, grandes líderes sabem o que se passa "dentro" dos colaboradores e conseguem, por meio de palavras e gestos, "acender a chama" da inspiração neles. São mensagens cheias de "leite e mel". 🚩





G ADMINISTRAÇÃO

# GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Qual é a melhor ferramenta de *software*?





◀ **VALTER CEGAL** é responsável pelo Programa TechSoup Brasil, membro do Conselho da TechSoup Global, Consultor de negócios da NESSt. Consultor de tecnologia para empresas e fundações internacionais.

Existem alguns aplicativos de *software* que podem ajudar nas tarefas de gerenciamento de projetos, mas existem também muitas opiniões diferentes sobre que tipos de funcionalidade uma organização pode necessitar em um projeto. Se uma organização precisa de um *software* para ajudar na gestão de projetos, é preciso antes entender o que significa o gerenciamento de projetos. É necessário traçar planos de projeto e cronogramas? Colaborar em documentos? Controlar tarefas? Gerenciar tempo de execução de tarefas? Gerenciar documentos?

A definição de “*software* de gerenciamento de projeto” pode variar bastante, e é muito provável que as necessidades de cada organização dependam, substancialmente, do tipo de projeto, da equipe e do estilo de gerenciamento que será aplicado. Será que as ferramentas que se encontram disponíveis no mercado podem apoiar as necessidades particulares de gerenciamento de projetos das organizações?

Basicamente, os gerentes de projetos usam *softwares* para suportar diferentes tipos de funções de gerenciamento de projeto. Vamos examinar a seguir alguns aspectos sobre quais funções seriam necessárias para gerenciar projetos de forma eficaz.

## PLANEJAMENTO DE PROJETOS

Para muitos gerentes de projeto, nenhum *software* pode exatamente ser chamado de ferramenta de gerenciamento de projetos se não lhes permite mapear as tarefas de um projeto visualmente e mostrar como elas se interconectam entre si. Esse tipo de visão do projeto é ferramenta poderosa para definir o cronograma, entender o caminho crítico para um projeto, assim como avaliar e alocar recursos humanos adequadamente. Ele geralmente inclui:

- A análise detalhada das tarefas a serem concluídas.
- Atribuições de tarefas, identificando quem é responsável por quais aspectos do projeto.
- A estimativa de tempo para cada tarefa.
- Ligações entre tarefas dependentes – por exemplo, uma indicação de que uma tarefa deve ser concluída antes para que outras possam se iniciar.

Para aqueles que preferem gerenciar projetos dessa forma, há uma série de ferramentas que podem ajudar. Dentre elas, vale ressaltar o Microsoft Project (<http://office.microsoft.com/pt-br/project/>), o qual se encontra disponível gratuitamente para organizações sem fins lucrativos e devidamente qualificadas por meio do Programa TechSoup Brasil de doação de licenças. O Microsoft Project é um pacote robusto e amplamente utilizado, o qual oferece uma miríade de funcionalidades de planejamento. Embora seja amado por muitos gerentes de projetos profissionais, pode ser um exagero para equipes pequenas ou mesmo médias. Ao contrário de muitas das outras ferramentas, o Microsoft Project é fortemente centrado na definição de um projeto detalhado de antemão que é

***Gerenciamento de tarefas — a capacidade de definir uma tarefa, atribuí-la a alguém, criar um prazo e saber quando é concluído — é, geralmente, a característica mais desejada e onipresente em um software de gerenciamento de projeto***

atualizado ao longo do tempo a fim observar o tempo real gasto, confrontar as datas e o que foi realmente atingido. Assume-se que haverá um gerente de projeto central, que supervisiona o plano, e que esse gerente terá um número de horas por semana para manter o plano atualizado. Essa ferramenta oferece maneiras poderosas de observar os efeitos de alterações do projeto, a atribuição de membros da equipe e várias outras facilidades.

Alguns gerentes de projeto normalmente criam cronogramas de projetos menos formais ou fluxos de processos com o Excel, ou se utilizam de ferramentas de diagramação, como o Microsoft Visio, também disponível gratuitamente para organizações qualificadas por meio do Programa TechSoup. Se for utilizado o Excel, é possível encontrar uma série de aplicativos adicionais gratuitos e até com alguns modelos para fazer gráficos de Gantt, os quais são utilizados para ilustrar o avanço das diferentes etapas de um projeto. Os intervalos de tempo representando o início e o fim de

***A definição de “software de gerenciamento de projeto” pode variar bastante, e é muito provável que as necessidades de cada organização dependam, substancialmente, do tipo de projeto, da equipe e do estilo de gerenciamento que será aplicado***

cada fase aparecem como barras coloridas sobre o eixo horizontal do gráfico.

### **GERENCIAMENTO DE TAREFAS**

Gerenciamento de tarefas — a capacidade de definir uma tarefa, atribuí-la a alguém, criar um prazo e saber quando é concluído — é, geralmente, a característica mais desejada e onipresente em um *software* de gerenciamento de projeto.

O Microsoft Project possui a funcionalidade completa para um gerente de projeto definir, atribuir e rever prazos estabelecidos, bem como estimar horas para as tarefas, ao mesmo tempo em que mantém um olhar atento sobre o impacto global que essas decisões terão sobre o cronograma do projeto, individualmente, e na carga de trabalho dos membros da equipe. Se for utilizada uma versão baseada em servidor de projeto, os membros da equipe podem então ver sua lista de tarefas, verificar o tempo que passam em cada uma e marcar as tarefas como concluídas.

Há também toda uma classe de *software* de colaboração e gerenciamento de projetos baseada na web (a maioria em Inglês) que oferece suporte a gerenciamento de tarefas. O Basecamp é a ferramenta mais conhecida nessa área, com o apoio sólido para a criação da tarefa e determinação e controle das datas de vencimento e atribuições. Outra ferramenta de colaboração baseada na web é o Zoho. Deve-se ter em mente que, com a maioria dessas ferramentas, é necessário enfrentar um compromisso: adotar as que são mais fáceis para os membros da equipe menos experientes tecnicamente, mas, para os tomadores de decisão, é provável que também ofereçam funcionalidades menos robustas.

### **COMPARTILHAMENTO DE DOCUMENTOS EM COLABORAÇÃO**

Toda equipe do projeto manuseia inúmeros documentos, e a produtividade pode ser substancialmente aumentada,

forneendo-se um local central para armazenar e trabalhar em conjunto com eles. Isso é especialmente verdadeiro para as equipes geograficamente distantes; para quem compartilha documentos, anexos de e-mails e muitas revisões podem facilmente se tornar um pesadelo. Às vezes, no entanto, pode ser difícil obter todas as partes envolvidas em um projeto utilizando uma ferramenta que seja diferente do e-mail.

Não surpreendentemente, as funcionalidades de colaboração constituem a pedra angular de uma série de ferramentas de gerenciamento de projeto baseada em web. Na verdade, os recursos de compartilhamento de documentos e colaboração são quase onipresente entre as ferramentas de gerenciamento de projetos baseados na web: eles também são oferecidos pelo Microsoft SharePoint e pelo Microsoft Office Live.

Há também uma série de ferramentas destinadas a facilitar a colaboração em documentos específicos. Dentre eles, podemos citar o Google Drive e o Zoho. Ambos oferecem, em tempo real, edição, bem como armazenamento de documentos, planilhas e apresentações. Se as necessidades da organização não são muito complexas, criar um conjunto de documentos compartilhados pelo Google (especificações de projeto, planilhas com lista de tarefa etc.) pode ser um método fácil de compartilhamento de documentos, ao qual audiências técnicas e não técnicas podem se adaptar facilmente.

### **COMPARTILHAMENTO DE CALENDÁRIOS E LISTAS DE CONTATOS**

Calendários bem administrados e listas de contatos podem ser importantes para a produtividade de um projeto. Se algum membro da equipe precisar marcar uma reunião com vários outros membros, ter acesso a cada um dos seus calendários pode economizar uma enorme quantidade de tempo. Se a equipe já está usando o Microsoft Outlook e o Microsoft Exchange, será provavelmente possível ter tudo o que alguém precisa em termos de calendário e funcionalidade de uma lista de contatos compartilhada. Para realizar agendamento, as ferramentas de gerenciamento de projetos baseadas na web oferecem maneiras de criar um calendário compartilhado. Embora possa ser difícil obter membros da equipe de projeto para mantê-lo atualizado, o calendário compartilhado pode ao menos ser útil para agendamento de reuniões. Algumas das ferramentas de gerenciamento de projetos on-line oferecem ferramentas para integrar o calendário no Google Calendar ou no Outlook, tornando-o mais adequado para ser utilizado.

Certamente, o Google Calendar poderá ser utilizado se a preocupação fundamental é ter calendários de compartilhamento. Fornece a funcionalidade gratuitamente e é muito



amigável, possibilitando manter a sua própria agenda e calendários do projeto, compartilhá-los com os outros e agendar reuniões. O Google Calendar ([www.google.com/calendar/](http://www.google.com/calendar/)) é parte do Google Apps e permite que as organizações integrem calendário com e-mails e compartilhamento de documentos, sendo gratuito para organizações sem fins lucrativos com até 3 mil usuários.

### GERENCIAMENTO DE PROBLEMAS OU ERROS

Enquanto uma tarefa normalmente se resume a apenas uma frase com um responsável nomeado, além de um *status* e prazo, muitos projetos exigem uma ferramenta que irá também:

- a) acompanhar comentários e conversas para cada item do projeto;
- b) informar as prioridades ou dificuldades;
- c) informar atualizações por e-mail;
- d) anexar documentação adicional. Para os projetos técnicos, essa funcionalidade é muitas vezes usada para rastrear *bugs* — problemas técnicos que necessitam de resolução — e também armazenar longas descrições, comentários e resoluções para cada um dos problemas informados. Para outros projetos, esse recurso também pode ser útil como um gerente de emissão, ou seja, para armazenar perguntas abertas ou questões que requerem uma resolução, bem como informar o que foi feito com elas.

### RASTREAMENTO DO TEMPO

Se você está acompanhando o tempo para o desenvolvimento de um projeto ou a criação de um processo que pode ser replicado no futuro, vai precisar entender quanto tempo os membros da equipe estão dedicando para cada tarefa. Esse é um conceito simples, mas difícil de coletar de forma que seja facilmente compreendido no contexto das tarefas e do projeto.

Uma série de ferramentas de gerenciamento de projetos permitem que você colete o tempo de forma que ele se integre com a tarefa realizada. O Microsoft Project tem funcionalidades que lhe permitem solicitar e receber planilhas via e-mail, as quais fluem, então, diretamente para o projeto.

### FERRAMENTAS DO TIPO *TO-DO-LIST*

É sempre desejável que haja gerenciamento único de projetos por meio de uma “super ferramenta” que inclua todas as funcionalidades. Na verdade, existe pouco consenso sobre as funções que devem ser incluídas em uma ferramenta de gerenciamento de projetos. Por isso, é improvável que um pacote irá atender todas as necessidades de gerenciamento de projetos sofisticados ou de todas as áreas anteriormente mencionadas.

### CONCLUSÃO

Então, qual é a melhor ferramenta de gerenciamento de projetos? Como em qualquer área, depende principalmente das necessidades de cada projeto. Você está esperando por uma única ferramenta que pode proporcionar um pouco de funcionalidade em um número de diferentes áreas? Ou está realmente procurando uma aplicação robusta, uma ferramenta de tarefas únicas para uma área importante, como a questão de gestão ou de controle de tempo? Você precisa de uma ferramenta que permitirá à sua equipe interna ter um controle detalhado sobre as tarefas e fluxo de trabalho, ou algo que permita às partes interessadas externas obterem informações facilmente e saber o que está acontecendo?

Tudo depende do seu ponto de vista sobre o *software* de gerenciamento de projeto que será mais adequado para sua situação específica. Não existe uma ferramenta que atenda todas as necessidades já mencionadas, mas quanto melhor for o entendimento sobre demandas de um projeto, mais fácil será escolher a ferramenta para gerenciá-lo. 📌

🔗 Links: <http://office.microsoft.com/pt-br/visio/> | [www.techsoupbrasil.org.br](http://www.techsoupbrasil.org.br) | <http://office.microsoft.com/pt-br/sharepoint/> | <http://office.microsoft.com/pt-br/> | [www.google.com](http://www.google.com) | [www.zoho.com](http://www.zoho.com) | [www.basecamp.com](http://www.basecamp.com) | [www.zoho.com](http://www.zoho.com)

# ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





◀ **KELLY LOPES** é Coordenadora de Responsabilidade Social da TOTVS e Gestora do Instituto da Oportunidade Social (IOS). Ela é graduada em TI, com especialização no Terceiro Setor, tem MBA em Gestão Empresarial (FGV/SP) e pós-graduação em Gestão da Tecnologia da Informação (FIAP).



# LEI DE COTAS

Empresas e pessoas com deficiência aguardam decisão do Senado

**E**m agosto de 2013, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado voltou a analisar, em caráter terminativo, o Projeto de Lei 118/2011, que já completou mais de dois anos de trâmites e, até agora, não foi prioridade para o Legislativo. O PLS altera a forma de preenchimento de cotas para pessoas com deficiência nas empresas brasileiras, e as mudanças no artigo de Lei 8.213/1991 têm como objetivo permitir a contratação de profissionais com deficiências na condição de aprendizes. Caso seja votado e aprovado, empresas terão mais chances de cumprir a legislação, contratando pessoas com deficiência física, auditiva, visual e mental.

Hoje, empregadores com mais de 100 funcionários são obrigados a reservar de 2 a 5% do total das vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), porém, não conseguem preenchê-las devido à falta de profissionais qualificados. Mas quais são os pontos positivos e o que merece atenção nesse projeto de lei do Senado?

#### **PONTO DE ATENÇÃO**

De acordo com a Lei de Aprendizagem, uma PcD pode ser aprendiz por prazo indeterminado. Essa é uma realidade para alguns profissionais que, mesmo com o decorrer do tempo, precisam seguir nessa condição. No entanto, existem aqueles que, após um período como aprendiz, estarão aptos a ocupar uma vaga regular de trabalho. O ponto de atenção é: não deixar que esta, que deve ser uma ferramenta de inclusão, torne-se uma manobra dentro da empresa, impedindo a evolução profissional dessas pessoas, deixando-as eternamente como aprendizes – dada a possibilidade de menor remuneração e menores encargos trabalhistas e, ainda, por falta de informação sobre como promover um ambiente inclusivo e igualmente justo.

Um ponto positivo é estimular as empresas a contratarem pessoas com deficiência com o ensino fundamental ou médio incompletos, sem experiência ou capacitação profissional.

Essa mudança poderá fornecer oportunidade para essas pessoas ingressarem no mercado de trabalho, recebendo treinamento, apoio e direcionamento do “Sistema S” – composto por 11 entidades que promovem a aprendizagem no país. Ou seja: será possível promover parceria entre as pessoas com deficiência, empresas e entidades especializadas em capacitar profissionalmente esse público.

A mudança na lei propicia, ainda, estímulo às pessoas com deficiência, independentemente da idade, a retomarem os estudos – elevação de escolaridade, visto que a premissa para ser aprendiz é estar cursando o ensino fundamental ou médio ou ter concluído o ensino médio.

*A mudança na lei propicia, ainda, estímulo às pessoas com deficiência, independentemente da idade, a retomarem os estudos – elevação de escolaridade, visto que a premissa para ser aprendiz é estar cursando o ensino fundamental ou médio ou ter concluído o ensino médio*

#### **E O QUE FALTA NESSE PROJETO DE LEI?**


Considerar a contratação de pessoas com deficiência como estagiários também para a Lei de Cotas, pois, hoje, uma pessoa cursando nível superior, dependendo do curso, não poderá ser aprendiz (profissões que exigem graduação, tais como Engenharia, Economia etc.) e, pela falta de experiência profissional, também não concorrerá às vagas efetivas CLT, ficando esses estudantes sem incentivo a serem contratados pelas empresas.

A limitação de tempo, também, poderia ser feita com base na Classificação Internacional de Doenças (CID), a mesma que define se uma determinada deficiência ou lesão pode ser considerada para a Lei de Cotas.

E como ficaria a situação de profissionais com deficiência? As PcD que possuem formação superior e experiência no mercado de trabalho continuarão se recolocando para vagas efetivas CLT, como já acontece hoje. Para quem busca conquistar uma qualificação, conquistaria oportunidades reais de emprego, alinhadas à aprendizagem.

Segundo o Censo Demográfico IBGE 2010, 61% das pessoas com deficiência no Brasil possuem o ensino fundamental incompleto, 14%, o ensino médio incompleto, 18% estão cursando ensino superior e apenas 7% das pessoas com deficiência possuem ensino superior completo. Esse indicador já mostra que as pessoas com deficiência precisam de fato de uma oportunidade de capacitação profissional e desenvolvimento comportamental para se incluir no mercado de trabalho, e a grande porta de entrada é a aprendizagem.

Esse projeto que tramita na Comissão de Assuntos Sociais do Senado nos traz uma reflexão: se a inclusão no mercado de trabalho de pessoas sem deficiência, com baixa escolaridade e sem experiência profissional, já é uma realidade bem difícil, imagine para uma pessoa com deficiência conseguir emprego?

Antes mesmo de uma discussão política, é importante realizarmos uma discussão social. A sociedade civil está de olho no PLS 118/2011! 



◀ **MARCOS BIASIOLI** é advogado em São Paulo, consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M.Biasioli Advogados, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



◀ **RODRIGO NAKO** é advogado em São Paulo, Consultor Jurídico do Terceiro Setor e Colaborador da Revista Filantropia.

# O MAR REVOLTO CHAMADO CEBAS

## Obtenção do certificado de entidade beneficente passa por instabilidades e requer atenção das organizações

**P**assadas todas as tempestades e turbulências advindas com a publicação da Lei 12.101/2009, cujo teor alterou de forma significativa as nuances legais para se obter o certificado de entidade beneficente e, conseqüentemente, para usufruir a isenção das contribuições sociais, pode-se dizer que, nos dias de hoje, o mar legislativo que rege essas entidades está passando por um período de pseudo calma.

Note-se, pseudo calma, uma vez que, desde a publicação do mencionado diploma legislativo, o cenário legal tem se mantido estável. Todavia, existem determinados fatos que causam grandes instabilidades no clima das entidades, dentre eles, a demora na apreciação desses pedidos, bem como demais exigências que extrapolam o período de vigência da mencionada lei, que, por sua vez, estão sendo utilizadas como fundamento para indeferimento dos pedidos de renovação/certificação originária.

Como visto, essa atual maré não tem sido benéfica às entidades; muito pelo contrário, tem se mostrado muito traiçoeira, pois, na verdade, ela vem causando grande insegurança jurídica, na medida em que os processos de renovação/certificação estão parados no meio desse vasto oceano há mais de três anos, e, sem qualquer aviso, a entidade pode ser surpreendida com uma agitação derivada de um indeferimento infundado e, posteriormente, com uma autuação fiscal, fato esse que deixará a entidade à deriva, ou pior, acarretará no naufrágio de toda a atividade desenvolvida.

Contudo, deixando de lado essas instabilidades, as quais, infelizmente, fazem parte da rotina das entidades que desafiam navegar nesse mar revolto chamado CEBAS, essa pseudo calma legislativa está com os dias contados.

Isso se deve ao fato de que, no dia 21 de agosto de 2013, foi apresentado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 6.149/2013, de autoria dos deputados federais

Paulo Teixeira, João Dado, Aline Corrêa, Antonio Brito, Erika Kokay, Keiko Ota, Gabriel Chalita, Raimundo Gomes de Matos, Eduardo Barbosa e Paulo Ferreira. O teor do projeto promove alterações na Lei 12.101/2009 e, em ato contínuo, regula os procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.

Não obstante a importância expressa nos dispositivos desse Projeto de Lei, os quais são capazes de causar uma tempestade de grandes proporções, a sua simples apresentação na Câmara dos Deputados não foi motivo de muita preocupação nas entidades, pois, como é de conhecimento, diante de toda burocracia que envolve o processo legislativo pátrio, até que essa tempestade atinja as entidades, as mesmas terão tido tempo de sobra para se preparar e tomar as medidas preventivas visando evitar qualquer prejuízo estrutural.

Mas, quando se opta por navegar no mar chamado CEBAS, nada nunca é tão tranquilo assim. Tal afirmação possui respaldo ante o fato de que, no último dia 3 de setembro, a redação expressa no mencionado Projeto de Lei foi incluída na Medida Provisória 620/2013, cujo processo é mais célere, sendo ela já aprovada nas duas casas do legislativo, dependendo apenas de sanção ou veto por parte da Presidente da República.

Com base nisso, certo é que a tempestade anunciada atingirá a entidade em um curto espaço de tempo, sendo salutar que sejam tecidas breves explicações sobre os principais dispositivos expressos nesta Medida Provisória, pois, somente assim, as entidades navegantes podem se precaver e minorar eventuais impactos negativos.

Fazendo-se uma leitura do teor desse dispositivo, as entidades terão que alterar consideravelmente o trajeto, vez que tal normativo traz em seu bojo grandes mudanças, ora determinando um percurso mais tranquilo, ora estabelecendo um percurso em águas mais revoltas e infestadas de tubarões, conforme quadro comparativo apresentado a seguir:

**ÁREA DE ATUAÇÃO**

**Lei 12.101/2009**

**PRINCIPAIS ALTERAÇÕES MP 620/2013**

**Assistência Social**

§ 1º As entidades de assistência social a que se refere o *caput* são aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

- i) Inclusão dos serviços com o objetivo de habilitação ou reabilitação de pessoa com deficiência e a promoção de sua inclusão na vida comunitária;
- ii) inclusão dos programas de aprendizagem de adolescentes, jovens ou pessoas com deficiência com a finalidade de inclusão ao mercado de trabalho;
- iii) inclusão dos serviços de acolhimento provisório de pessoas e de seus acompanhantes, durante o tratamento de doenças graves fora da localidade da residência, nos termos da LOAS.

Art. 13. Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei 9.870, de 23 de novembro de 1999.

Não há percentual de Gratuidade.

III - oferecer bolsas de estudo nas seguintes proporções: a) no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada nove alunos pagantes da educação básica; b) bolsas parciais de 50%, quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Básica e Educação Superior (com PROUNI).

1 bolsa de estudo integral para cada 5 alunos pagantes e bolsas parciais de 50%, desde que seja oferecido, no mínimo, 1 bolsa integral para cada 9 alunos pagantes e, no caso da educação superior, que tenha ofertado Bolsas PROUNI não preenchidas.

Educação Superior (sem PROUNI).

1 bolsa de estudo integral para cada 4 alunos pagantes e bolsas parciais de 50%, desde que seja oferecido, no mínimo, 1 bolsa integral para cada 9 alunos pagantes.

**Educação**

§ 3º Complementarmente, para o cumprimento das proporções previstas no inciso III do § 1º, a entidade poderá contabilizar o montante destinado a ações assistenciais, bem como o ensino gratuito da educação básica em unidades específicas, programas de apoio a alunos bolsistas, tais como transporte, uniforme, material didático, além de outros, definidos em regulamento, até o montante de 25% da gratuidade prevista no *caput*.

Educação Básica e Educação Superior (com PROUNI).

Educação Superior (sem PROUNI).

Substituição de até 25% por benefícios complementares concedidos aos alunos matriculados com renda *per capita* que não exceda 1 1/2.

Não há previsão.

Educação Superior (com PROUNI).

Possibilidade de que as bolsas integrais e parciais de 50% concedidas na pós-graduação *stricto sensu* sejam aceitas para fins de cumprimento do critério de proporção previsto.

Não há previsão.

Educação Básica.

Educação Superior (com PROUNI).

Educação Superior (sem PROUNI).

Em caso de indeferimento, as entidades educacionais poderão assinar, dentro de 30 dias após a publicação, termo de ajuste de gratuidade, devendo, nos três exercícios subsequentes, compensar o percentual não atingido com acréscimo de 20%.

ÁREA DE ATUAÇÃO	Lei 12.101/2009	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES MP 620/2013
Saúde	Não há previsão.	As entidades de saúde poderão comprovar a prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% através da adesão a programas e estratégias definidas pelo Ministério da Saúde, sendo, para tanto, adicionado 10% ao total de prestação dos serviços.
	Não há previsão	As entidades que não conseguirem cumprir o percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS relativo ao exercício anterior deverão comprovar, com base nas internações, atendimentos ambulatoriais e nas ações prioritárias, o atingimento desse percentual durante todo o período de certificação, sendo admitido o cumprimento de, no mínimo, 50% em cada um dos anos do período de certificação.
	Não há previsão	Será admitida a certificação das entidades: i) reconhecidas como serviços de atenção em regime especial e transitório a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa; ii) que atuem exclusivamente na promoção da saúde sem exigência de contraprestação do usuário; iii) que prestam serviços de atenção em regime transitório, voltados para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de drogas.
Demais Procedimentos	§ 1º O requerimento de renovação da certificação deverá ser protocolado com antecedência mínima de seis meses do termo final de sua validade.	i) o requerimento de certificação, para ser considerado tempestivo, deve ser protocolado no decorrer dos 360 dias que antecedem o termo final da validade do certificado;
	Não há previsão.	ii) possibilidade de remuneração dos dirigentes não estatutários que tenham vínculo empregatício;
	Não há previsão.	iii) possibilidade de remuneração aos dirigentes estatutários, desde que seja inferior a 70% o limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal;
	Não há previsão.	iv) os requerimentos de renovação tempestivos apresentados entre 30 de novembro de 2009 e 31 de dezembro 2011 terão prazo de validade de cinco anos;
	Não há previsão.	v) serão considerados tempestivos, desde que apresentados antes de seu termo final, os pedidos de renovação protocolizados entre o dia 30 de novembro de 2009 e a data de publicação da Medida Provisória.

## CONCLUSÃO

Primeiramente, o próprio trabalho social desenvolvido pelas entidades beneficentes já é suficientemente turbulento, dados os desafios inerentes a essas atividades. Além das tempestades derivadas da opção por percorrer os mares da qualificação como entidade beneficente de assistência social, convém aduzir que a navegação e o trajeto até o objetivo final serão sempre muito mais tensos e complexos.

E, com a Medida Provisória 620/2013, essa navegação não será diferente, já que ela veio para acabar com a calma legislativa que estava imperando — a qual também causava preocupação nas entidades —, bem como para gerar uma certa agitação no mar do CEBAS.

Como visto, essa oscilação, exceto para as entidades que atuam na área educacional, uma vez que estas terão

de aumentar as bolsas em quase 50%, não veio para causar grandes desavenças às entidades; muito pelo contrário, a maioria dos dispositivos é benéfica, pois, apesar de deixar o mar revolto, trouxe boas correntes e bons ventos que se guem alinhados com o destino final de nossa embarcação.

Com base nisso, como diz aquele velho jargão, “*não se faz um bom marinheiro em águas calmas*”, temos a certeza de que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no trajeto, a nau das entidades será capaz de superar todas as tempestades e turbulências existentes, e, tendo como norte absoluto as novas nuances legais, quando alinhada à nova rota a ser percorrida, todos aqueles que trabalham em prol do Terceiro Setor subirão suas velas e, de forma muito habilidosa, continuarão navegando rumo a um Brasil melhor para todos. 🚢



# IMUNIDADES E ISENÇÕES

**P**ela natureza jurídica das entidades sem fins econômicos e lucrativos, regra geral, estas não sofrem encargos tributários de impostos em decorrência do instituto da imunidade ou da isenção. E não sofrem o peso dos impostos por atenderem ao disposto no art. 150 da Constituição Federal, no art. 14, e seus incisos do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) e no art. 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Considera-se entidade imune de impostos, em conformidade com o art. 12 da Lei nº 9.532/97, a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos. Essas instituições estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos: a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais; c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, assim como cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes; g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público; h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades.

Considera-se entidade isenta de imposto, consoante ao art. 15, da Lei nº 9.532/97, a instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Essa isenção se refere exclusivamente ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social, sendo obrigadas a cumprir os seguintes

requisitos: a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais; c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

Por fim, a legislação do Imposto de Renda salienta que, para ser interpretada como instituição imune ou isenta de impostos, é fundamental e necessário que as instituições não apresentem “superávit” em suas contas ou, caso o apresentem em determinado exercício, que o destinem integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

Destaca-se que a Igreja Católica Apostólica Romana e suas instituições têm assegurado o direito à imunidade e às isenções de impostos por força do art. 5º e do art. 15º do acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé, em 13 de novembro de 2008, na Cidade do Vaticano, e promulgado pelo Decreto Federal nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.

Em resumo, utilizando-se de pronunciamentos do ilustre e insigne Professor Dr. Ives Gandra Martins, “a imunidade consiste na vedação constitucional ao poder de tributar. Em função da norma constitucional o legislador fica impedido de tributar certas pessoas ou atividades estabelecidas pela Lei Maior, ou seja, o texto constitucional já delimita a área em que o poder tributante não pode atuar”. Portanto, é vedado haver tributação. E, ainda, segundo o Dr. Ives Gandra Martins, “a isenção é sempre em favor legal. O poder tributante que tem a faculdade de impor, expressamente, abre mão de determinada receita fiscal com o que têm alguns doutrinadores entendido ser a isenção uma não incidência qualificada”.

Em conclusão, o instrumento mais eficaz para a comprovação do direito à imunidade ou à isenção é a entidade possuir uma contabilidade bem organizada, bem escriturada, fundamentada em documentos hábeis segundo a lei, em plena observância às normas contábeis emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, ainda, ter controles internos que favoreçam os trabalhos de auditoria interna, externa e fiscal. 📌



## NOVO CRONOGRAMA DA E-SOCIAL

A Receita Federal divulgou novas datas para a e-Social, ferramenta criada para tornar mais célere e transparente a forma de apresentação dos dados fiscais e trabalhistas. Marcada para entrar em vigor no primeiro semestre de 2014, a e-Social exigirá um maior nível de qualidade das informações geradas sobre os funcionários. Seu cronograma de suporte à geração do arquivo é o seguinte: manual de especificação técnica do XML e conexão *webservice* (outubro de 2013); ambiente de testes para conexão *webservice* e recepção dos eventos iniciais – pré-produção (disponível a partir de novembro); ambiente de testes para conexão *webservice* e recepção do cadastramento inicial dos trabalhadores (disponível a partir de março de 2014).

## E-SOCIAL EM 2014

Para o restante de 2014, o cronograma trará diversas atividades, como a obrigatoriedade de postar a informação via e-Social – módulo empregador doméstico –, que será de 120 dias após a publicação da regulamentação da Emenda Constitucional 72/2013. A implantação será feita por fases e abarcará empresas enquadradas no Lucro Real e Lucro Presumido e Simples Nacional, além de microempreendedores individuais e pequenos produtores rurais, e todos os tipos de empregadores. Entre as diversas alterações está a substituição de obrigações acessórias, como a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Para dirimir quaisquer dúvidas, o melhor é consultar um contador.

www.previdencia.gov.br

## JORNADA DE TRABALHO ABUSIVA

**A** não concordância de um sindicato com a alteração da jornada de trabalho não dá ao empregador o direito de abusar do poder de direção e alterar o horário de trabalho de seus empregados. Este foi o entendimento da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, que rejeitou recurso de empresa já condenada pela 6ª Turma do TST por alterar o turno fixo de oito horas imposto aos empregados. A mudança, segundo entendimento dos magistrados, prejudicou as condições benéficas trazidas pela adoção do turno fixo, que até gera benefícios à saúde, pois desobriga o trabalhador da alternância de horários, algo próprio dos turnos de revezamento.

www.tst.jus.br

## SAQUE DO FGTS

Trabalhadores com direito a sacar o dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devem fazê-lo e transferi-lo para outras aplicações, como a poupança, já que deixar os valores parados proporcionará rendimento de apenas 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial, hoje pouco acima de zero). O saque pode ser realizado por quem se aposentar, for demitido sem justa causa ou for comprar imóvel. Não há prazo para efetuar-lo, exceto se houver autorização nos casos de desastre natural, procedimento que deve ser feito em até 30 dias. Equivalente a 8% da remuneração paga, o FGTS deve ser recolhido por empregadores de funcionários com carteira assinada, trabalhadores temporários e atletas profissionais.

www.folha.uol.com.br





## RELAÇÃO DE ENFERMIDADES AMPLIADA

**A** lista de doenças incapacitantes, que dão direito à aposentadoria por invalidez, poderá aumentar em breve. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou no início de setembro as mudanças trazidas pelo Projeto de Lei 4082/12, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). A proposta inclui diversas enfermidades. São elas: hepatologia grave; doença pulmonar crônica com insuficiência respiratória; amputação de membros inferiores ou superiores; miastenia (perturbação da junção neuromuscular) grave; acuidade visual, igual ou inferior a 0,20 em um ou nos dois olhos, quando ambos forem comprometidos; e esclerose sistêmica.

## ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**O** projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL 7699/2006), do Senado, que está em análise na Câmara, receberá até o dia 1º de outubro sugestões de alterações. As propostas de mudanças podem ser feitas no portal e-Democracia, por qualquer um pode participar deste processo. A relatora do estatuto, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), analisará as sugestões e decidirá quais serão acolhidas em seu relatório. O objetivo da parlamentar é concluir o texto final ainda em outubro, para que a matéria seja votada logo no Plenário da Câmara. O PL também poderá ser acessado no portal e-Democracia em Libras, permitindo que pessoas surdas possam oferecer contribuições ao texto. Além disso, uma ferramenta no portal permite que pessoas com deficiência visual tenham mais facilidade para consultar o site.

📄 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

📄 <http://edemocracia.camara.gov.br/web/public/home>

## CONTRIBUIÇÃO SOBRE O AVISO-PRÉVIO

**A** contribuição previdenciária sobre o aviso-prévio indenizado pode acabar. Este benefício ocorre quando o empregado é dispensado pelo empregador de trabalhar durante o período do aviso. A proposta (PL 3718/12), do ex-deputado Romero Rodrigues, foi aprovada pela Comissão de Trabalho. O autor justifica que o aviso prévio não pode ser tributado por ser uma indenização ao trabalhador, e não uma parte de seu salário. Atualmente, as férias indenizadas já estão fora do cálculo do salário de contribuição. Segundo o governo federal, o fim da cobrança dessa parcela pode afetar significativamente os cofres da Previdência. A proposta ainda será analisada ainda por três comissões da Câmara.

📄 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## ENFERMIDADES E IMPOSTO DE RENDA

**O** mesmo Projeto de Lei 4082/12 também torna isentos do Imposto de Renda os valores do benefício recebido a título de aposentadoria ou pensão por doença incapacitante de caráter permanente. A isenção aplica-se também a planos de previdência complementar e seguro de vida. Ainda segundo a proposta, havendo sequelas físicas ou psicológicas, o segurado continuará recebendo o benefício mesmo após tratamento que afaste os sintomas da doença. O PL, que tramita em caráter conclusivo, será ainda analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

📄 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)



## DESCONTO NA ENERGIA ELÉTRICA

**E**ntidades beneficentes de assistência social que atendam usuários do SUS, idosos, pessoas com deficiência e crianças carentes podem passar a ter desconto de 25% nas contas de luz. A Comissão de Minas e Energia da Câmara aprovou proposta que garante esse benefício. Para tanto, as entidades precisam ser certificadas pelo CNAS, mas só vai receber o desconto quem atender usuários do SUS em pelo menos 80% dos casos. As instituições que prestam outros serviços só vão ter a redução na conta de luz se acolherem gratuitamente pessoas sem capacidade de subsistência. As beneficiadas também terão que cumprir os mesmos requisitos previstos na Lei nº 12.101/2009, que trata da isenção das contribuições à Seguridade Social, devendo aplicar toda a renda na assistência. Além disso, não podem distribuir resultados e dividendos nem pagar diretores, conselheiros ou sócios. A proposta, que tramita de forma conclusiva, será analisada ainda pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)



## DOENÇAS OCUPACIONAIS

**P**roblemas cada vez mais comuns no ambiente de trabalho, as doenças ocupacionais já se tornaram uma preocupação de empresas e entidades sociais, visto que tais enfermidades podem surgir independentemente da tarefa exercida. Paralelamente, parte considerável dos magistrados vem dando ganho de causa em ações interpostas por empregados. Recentemente, o trabalhador de uma montadora, que teve a capacidade de trabalho reduzida por doença ocupacional (hérnia de disco) pelas atividades exercidas como ferramenteiro durante 16 anos, ganhou causa no valor de R\$ 120 mil e pensão mensal vitalícia de um terço do salário mínimo. Após cirurgia, afastou-se por quatro meses, mas como as dores continuaram. Elaborada a Comunicação de Acidente de Trabalho, concluiu-se que as lesões estavam relacionadas com o serviço realizado na empresa. Embora tenha ocorrido em uma montadora, o exemplo serve para outros setores, inclusive as organizações do Terceiro Setor.

[www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)

## ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

As organizações sociais devem sempre observar as diversas regras trabalhistas, a fim de evitar a possibilidade de conflitos judiciais. Por exemplo, a limpeza de banheiros e ambientes considerados perigosos pode gerar indenização, caso o colaborador não esteja recebendo o correto adicional de insalubridade. A Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho, define o que é atividade insalubre. Em Guarapari (ES), recentemente uma auxiliar de serviços gerais terceirizada, que fazia limpeza de salas e banheiros de escola pública do município, recebeu adicional de insalubridade em grau máximo pelo tipo de atividade exercida, por ficar exposta a agentes biológicos nocivos. Além disso, a empregadora não fornecia equipamentos de proteção individual (EPIs).

[www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)

## HOMOLOGAÇÃO TRABALHISTA

O Sistema Homolognet, implantado em 2010 pela Portaria 1.620 MTE, entrou em vigor no dia 16 de setembro. A ferramenta funciona no ambiente da Internet e seu conceito baseia-se em facilitar o processo de homologação, possibilitando a elaboração de cálculos trabalhistas e a geração dos Termos de Rescisão e de Homologação, utilizados como instrumentos de quitação das verbas devidas nas rescisões do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de um ano de serviço. O sistema faz o cruzamento das informações e calcula os valores da rescisão. A novidade é que a adesão à certificação digital no Sistema Homolognet substituirá o acesso ao sistema por login e senha até então utilizado. Ele será utilizado gradualmente para assistência à rescisão contratual, conforme sua implantação nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, Gerências Regionais do Trabalho e Emprego e Agências Regionais.

[www.coad.com.br](http://www.coad.com.br)

.....  
**1 A Lei 11.770/2008, que prorrogou o período de licença maternidade para 6 meses, também se aplica às entidades beneficentes do Terceiro Setor?**

*R: A Lei 11.770/2008 criou o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar o prazo de licença prevista na Constituição Federal por 60 dias. Para que a empregada da pessoa jurídica tenha direito a esta prorrogação, é necessário que a pessoa jurídica tenha aderido ao Programa. Referida lei menciona expressamente pessoa jurídica e não faz nenhuma distinção sobre as entidades beneficentes do Terceiro Setor. Dessa forma, o Programa Empresa Cidadã também se aplica às entidades beneficentes do Terceiro Setor.*

.....  
**2 As entidades sem fins lucrativos devem contratar jovens aprendizes?**

*R: Conforme dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seu artigo art. 2º, § 1º para fins legais, a entidade sem fins lucrativos se equipara a uma empresa com finalidades lucrativas. Assim deve cumprir com a cota de contratação de menores aprendizes.*

.....  
**3 As entidades beneficentes são obrigadas a pagar vale-transporte para estagiário?**

*R: A Lei 11.788/2008, que regula sobre o estágio de estudantes em seu artigo 12, afirma que em caso de estágio não obrigatório é compulsória a concessão de auxílio-transporte. Já no caso de estágio obrigatório, a concessão de auxílio transporte é facultativa.*

.....  
**4 A apresentação da identificação dos integrantes do Corpo Dirigente de uma entidade beneficente que possui atividades voltadas à área de educação é obrigatória?**

*R: Sim, nos moldes da alínea "e" do inciso II do artigo 29, do Decreto 7.237/2010, cujo teor determina que seja feita a identificação dos integrantes do corpo dirigente. Também deve-se destacar sua experiência acadêmica e administrativa. Nota-se que tais informações são indispensáveis ao deferimento da Certificação Originária/Renovação do CEBAS, vez que sua ausência acarretará em uma eventual conversão do processo em diligência ou, pior, que ele seja indeferido ante o descumprimento das nuances legais que regem a matéria.*

.....  
**5 Quais os requisitos a serem observados para a celebração de parcerias entre entidades privadas? Estas parcerias podem ser celebradas com Organizações Religiosas?**

*R: Primeiramente, o § 3º do artigo 3º do Decreto 7.237/2010 aduz que as ações de assistência social, educação e saúde poderão ser executadas através de parcerias entre entidades privadas. Tendo isso como norte, conforme redação do § 5º do artigo 3º do Decreto 7237/2010, tais parcerias somente serão consideradas se forem celebradas com entidades beneficentes sem fins lucrativos certificadas ou cadastradas junto ao Ministério de sua área de atuação. Para tanto, tal parceria deve, obrigatoriamente, prever a corresponsabilidade das partes na prestação dos serviços. Com relação a parcerias celebradas com Organizações Religiosas, é sabido que elas não podem ser nem certificadas nem cadastradas junto aos Ministérios, impossibilitando, dessa forma, o seu reconhecimento junto ao órgão certificador nos moldes do citado decreto regulamentador.*

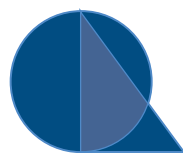
.....  
**6 Uma entidade beneficente que atua na área de educação pode promover a venda de livros nas escolas?**

*R: Não vislumbramos nenhum impedimento sobre a venda de livros por uma entidade beneficente, desde que tais atividades encontrem-se definidas no Estatuto Social como programa de geração de renda. Além disso, vale notar que os valores recebidos devem ser integralmente aplicados em território nacional para desenvolvimento das atividades beneficentes definidas nos atos constitutivos da entidade beneficente, visando, com isso, inexistir qualquer vulneração quanto ao deferimento de seu pedido de certificação originária/renovação, bem como quanto ao gozo da isenção das contribuições sociais. No entanto, é de bom ressaltar que a entidade terá de cumprir as obrigações acessórias relacionadas ao comércio, tais como: proceder a inscrição estadual, promover a apuração de ICMS, requerer a isenção de tais tributos relacionados a circulação de mercadorias, possuir livros de entrada e saída de mercadorias, e outras de controle fiscal.*

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**



Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



**Quality**  
**Associados**

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site [www.qualityassociados.com.br](http://www.qualityassociados.com.br) ou ligue para (11) 3837-0000

# MULTIPLICANDO O SUAS

## A ASSISTÊNCIA SOCIAL HOJE

Desde a Constituição Federal de 1988, estamos vivendo uma grande transformação na Assistência Social realizada no Brasil. Até então, o *assistencialismo* reinava sozinho como modelo de atenção às necessidades sociais. Nesse ponto de vista, os sentimentos da *caridade*, da  *piedade* e da *ajuda* são as bases para as ações. Quem pode ajuda a quem precisa com aquilo que não lhe faz falta. Depois de muitas discussões, os movimentos sociais envolvidos com este tema conseguiram fazer constar na Constituição um novo paradigma para a assistência social. Não mais uma *ajuda*, mas um *direito* do cidadão e dever do Estado, a ser prestado de forma não contributiva (gratuitamente). Não mais a caridade, mas sim a ação tecnicamente qualificada para fortalecimento das famílias a fim de que autonomamente possam conquistar melhor qualidade de vida. Assim, a assistência social passou a ser uma *política pública*, equiparada às demais, inserida na seguridade social junto com a Saúde e a Previdência.

Para pôr em prática esse novo modelo de assistência social, foi criada uma lei federal, chamada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93). Além de especificar o público-alvo privilegiado pelas ações (famílias, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e adultos fora do mercado de trabalho)<sup>1</sup>, a nova lei também organizou a gestão participativa para essa política. Foram criados os Conselhos da Assistência Social para os âmbitos nacional (CNAS), estadual (CEAS) e municipal (CMAS). Cada conselho tem representação do Poder Público e das entidades não governamentais em igual número (paridade) e são os responsáveis pelas decisões relativas à assistência social (poder deliberativo)<sup>2</sup>.

A partir de 2004, a assistência social passa por mais uma etapa na consolidação desse novo modelo. Trata-se da implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), contido na Política Nacional da Assistência Social (PNAS)<sup>3</sup>, na Norma Operacional Básica (NOB)<sup>4</sup> e Norma Operacional Básica de



Recursos Humanos (NOB-RH)<sup>5</sup>. Esse sistema foi concebido aproveitando as experiências do Sistema Único da Saúde (SUS) e procurando não repetir os erros e reproduzir os acertos, devendo unificar todo o atendimento, seja das entidades ou do Poder Público. Mais recentemente, a Lei 12.435/2011 fez alterações no texto original da LOAS para incorporar e solidificar os avanços trazidos com a regulamentação do SUAS.

Os elementos mais importantes trazidos pelo SUAS estão nas definições que embasam esta política pública. A primeira é a *matricialidade sociofamiliar*, que significa colocar as famílias como centro da ação pública, seja ela governamental ou realizada por entidades não governamentais. Todo atendimento tem de começar

<sup>1</sup>LOAS – Lei 8.742/93 Art. 2º. | <sup>2</sup>LOAS – Lei 8.742/93, Art. 16. | <sup>3</sup>Resolução CNAS 145/2004. | <sup>4</sup>Resolução CNAS 33/2012. | <sup>5</sup>Resolução CNAS 269/2006.



pela família para, a partir daí, poder dedicar-se a seus integrantes (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou adultos sem trabalho). Não se pode efetivar na atualidade um atendimento socioassistencial focado somente no indivíduo. Sempre e necessariamente sua família será acompanhada por uma equipe interdisciplinar para avaliar e garantir a completude de seus direitos. Sem uma ação de fortalecimento da convivência familiar e a inclusão produtiva, poucos avanços serão obtidos no trabalho social. Além disso, a autonomia da família é essencial para que as transformações sociais se tornem permanentes.

A segunda noção-chave no SUAS é a *territorialidade*, que significa a organização do atendimento de acordo com as áreas geográficas onde as pessoas vivem, e não com problemas sociais específicos. A proteção social deverá ser prestada integralmente a determinado bairro ou região da cidade, não importando que situações ocorram ali. Nesse contexto, entra inclusive a necessidade da formação das redes para a garantia dos direitos, tanto dos serviços da própria assistência quanto das outras políticas públicas com atuação no território. A articulação *intersectorial* é, portanto, mais um dos desafios que competem à Assistência Social desencadear.

O terceiro ponto crucial é o *protagonismo* dos usuários da Assistência Social. Todo o trabalho deverá possibilitar a participação das famílias e indivíduos nas definições e no monitoramento das ações realizadas. O desenvolvimento da autonomia dos cidadãos é uma das seguranças garantidas pela política e que traz implicações diversas para o cotidiano do atendimento. Essa noção dá densidade à consideração de que os usuários são cidadãos de direitos e, portanto, não apenas destinatários da Assistência Social, mas também sujeitos dela.

Para implementar a Assistência Social sob estas bases, foram criados dois equipamentos públicos estruturantes: os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS). Como as denominações indicam, essas unidades, além das incumbências específicas, devem articular todos os demais atendimentos, constituindo-se referência tanto para as famílias quanto para os demais serviços públicos a serem prestados.

Os CRAS são os principais responsáveis pela Proteção Social Básica, cabendo a eles articular as forças vivas no território e, juntos, planejar ações com caráter preventivo, além de realizar a busca ativa, identificando as famílias e vulnerabilidade e promovendo seu acompanhamento e *referenciamento* aos atendimentos que

sejam necessários. O trabalho fundamental que é desenvolvido nos CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Vale salientar que não se trata de mero encaminhamento. As famílias em vulnerabilidade social devem ser sempre monitoradas pelo PAIF do território onde residem. Quando este faz um referenciamento, está acionando uma complementariedade ao trabalho que eles continuarão fazendo, na forma de acompanhamento à família. Nos CRAS, devem atuar obrigatoriamente assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais de nível superior, a depender das características do território em que estejam. Além disso, também profissionais de nível médio devem atuar nesse local, tanto realizando o apoio administrativo necessário ao seu funcionamento quanto apoiando o desenvolvimento de atividades com as famílias, na forma de oficinas. Vinculados aos CRAS devem funcionar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que poderão ser realizados também por entidades não governamentais. Estes desenvolvem atividades contínuas e sistemáticas em período oposto ao escolar (no caso de crianças e adolescentes) e tem por finalidade promover a conquista de direitos e a prevenção de suas violações.

Os CREAS são também equipamentos públicos que atuam com a Proteção Social Especial, isto é, em situações nas quais tenha ocorrido a violação ou grave ameaça aos direitos. Nos CREAS, atuam obrigatoriamente assistentes sociais, psicólogos, advogados, além de outros profissionais de nível superior, a depender das características locais do trabalho a ser realizado.

A Proteção Social Especial está organizada em dois patamares: (a) Média Complexidade, que é caracterizada quando, apesar da violação ao direito, estão preservados os vínculos familiares; e (b) Alta Complexidade, quando não há ou precisam ser afastados os vínculos familiares, passando o poder público a ser o responsável por todas as dimensões da vida da pessoa e esta é acolhida institucionalmente.

Tanto o Poder Público quanto as entidades não governamentais podem realizar serviços de assistência social, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais<sup>6</sup>. Nesse documento, estão especificadas as ações a serem desenvolvidas e os direitos a serem assegurados aos seus usuários. O Plano Municipal de Assistência Social deve ser parte desta gama de ações e é aprovado e monitorado regularmente pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, garantindo, assim, o controle social e ampliando as possibilidades de que se garantam os direitos dos cidadãos. ■

#### Referências:

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS - Resolução CNAS 33/2012. Brasília: MDS, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOB/RH/SUAS - Resolução CNAS 269/2006. Brasília: MDS, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS n.17/2011. Dispõe sobre as Categorias Profissionais integrantes do SUAS. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS 109/2009. Brasília: MDS, 2012.
- MORAES, Célvio V. Educação em Direitos Humanos na Assistência Social. In: Educação, Participação e Direitos Humanos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1997.
- SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de Construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2005.

<sup>6</sup>Resolução CNAS 109/2009.

# CONTROLE SOCIAL: UMA QUESTÃO EM DEBATE

*por Maria do Socorro Dias Nascimento  
e Maria do Socorro Araújo Carvalho Sá\**



A dimensão dos principais mecanismos de controle social na atual conjuntura impõe uma análise entre o momento de sua proposição, nos anos 1980, e o da sua implementação, entre os anos 1990 e 2000.

Esses mecanismos foram propostos no contexto de mobilização da sociedade civil, do processo constituinte e promulgação da Constituição Federal, que impulsionaram grandes avanços no sentido de corrigir injustiças acumuladas historicamente, embora não tenham sido suficientes para universalizar direitos.

A concepção de participação defendida nos anos 1980 pela sociedade civil organizada, por meio da interferência política nos serviços da área social, está relacionada a uma nova relação Estado/Sociedade, com ampliação dos canais de participação direta.

Os mecanismos de controle democrático foram implementados em um cenário de regressão dos direitos sociais e de globalização do capital, que têm na financeirização da economia um novo estágio de acumulação capitalista, indicando que, na atual conjuntura brasileira, o debate das políticas sociais públicas tem privilegiado a focalização em contraposição à universalização.

Diante dos sinais de esgotamento da fase expansiva do capitalismo moderno, seria preciso buscar uma alternativa para a retomada das altas taxas de lucro. Como estratégia para atender aos interesses do capital, os princípios Keynesianos começam a ser questionados, de forma que a saída proposta para a superação da crise seria a implementação do projeto neoliberal.

Ao que se apresenta como causa da crise, o projeto neoliberal propunha fortalecer o Estado para que o mesmo fragilizasse os sindicatos. Por outro lado, o Estado não deveria intervir na economia e reduziria os gastos sociais. Assim, resgatou-se a ideia de livre mercado a partir da retomada dos princípios do liberalismo.

Nessa perspectiva, o neoliberalismo foi vitorioso no aspecto ideológico, na medida em que convenceu líderes governistas a adotarem a cartilha neoliberal. Segundo Borón (1999), “o neoliberalismo colheu uma importantíssima vitória no terreno da cultura e da ideologia ao convencer amplos setores das sociedades capitalistas e quase a totalidade de suas elites políticas de que não existe alternativa”.

Na concepção de Behring (2003), a lógica do capitalismo contemporâneo não estaria completa sem uma

*Esse modelo exige o isolamento burocrático, o que significa que o Estado necessariamente deve se distanciar das pressões políticas e sociais. Isso pressupõe manter a sociedade distante das decisões, dificultando o controle sobre a coisa pública por parte da população.*

caracterização da forte ofensiva ideológica e cultural. Para tanto, foi constituída uma falsa consciência, partindo de uma visão conservadora que eleva o mercado como utopia.

Mediante as influências de caráter ideológico e cultural, o neoliberalismo afetou diretamente o fortalecimento do processo democrático, à medida que fragilizou a criação e a consolidação de espaços públicos. Isso significa dizer que a população tem dificuldades em reconhecer tais espaços como locais de disputas políticas democráticas.

Tal proposta é reforçada por Diniz (1999), ao mostrar que, na lógica neoliberal, a eficiência governamental pressupõe a concentração, a centralização e o fechamento do processo decisório, priorizando um modelo de gestão eficaz. Esse modelo exige o isolamento burocrático, o que significa que o Estado necessariamente deve se distanciar das pressões políticas e sociais. Isso pressupõe manter a sociedade distante das decisões, dificultando o controle sobre a coisa pública por parte da população.

No enfrentamento entre o projeto neoliberal e o projeto participativo democratizante, Dagnino (2004) afirma que tem havido uma “confluência perversa”, na medida em que se trata de dois projetos distintos, sendo, portanto, projetos antagônicos, muito embora a impressão que se tem é de que ambos os projetos defendem a mesma coisa, ou seja, a participação ativa civil.

Dagnino chama atenção para o fato de que, a partir da década de 1990, houve uma despolitização das referências de cidadania, participação e sociedade civil. São conceitos centrais nas lutas democratizantes e, diante da influência do projeto neoliberal sobre essas referências, houve de fato uma redefinição no que se refere às noções de política e democracia.

Partindo do pressuposto de que a participação e o controle social são atribuições importantes dos conselhos, podemos identificar determinantes que dificultam o exercício

\*As autoras são assistentes sociais, militantes do Movimento de Meninos de Rua da Paraíba e membros do Fórum DCA.



dessas atribuições no âmbito dos mesmos, podendo-se destacar alguns aspectos, tais como o esvaziamento nas reuniões, a ausência de interferências qualificadas, uma mesma pessoa inserida em diversos conselhos e a ausência de formação.

A constituição dos conselhos frequentemente atende ao cumprimento de uma mera formalidade, já que a existência dele é condição para que o município tenha acesso a determinados recursos. Os conselheiros eleitos pela população, indicados pelo poder público, assumem essa função sem saber exatamente do que isso se trata. Isso tem desqualificado e desvalorizado o papel que os conselhos desempenham no município enquanto lócus de debate de interesse público.

Os conselheiros até manifestam a importância de participar dos conselhos, indicando que os assuntos de interesse público são de responsabilidade de todo cidadão. Por outro lado, verifica-se a fragilidade sobre a compreensão da participação dos conselhos, na medida em que os conselheiros acreditam que estar presentes nas reuniões é suficiente. Assim, os conselheiros são colocados à margem de todo o processo de gestão pública. Isso significa dizer que a decisão deixa de ser ampliada e democratizada, não havendo por parte dos conselheiros o cumprimento do seu papel.

Outro aspecto que apresenta fragilidade no processo de participação nos conselhos, em especial por parte dos conselheiros que representam a sociedade civil, é o fato de a relação entre o conselho e o poder público ser quase vista como tranquila. Diante de interesses contraditórios que existem entre a população e o governo, o embate é inevitável. No entanto, verifica-se com frequência a submissão dos conselheiros ao poder público.

Com isso, a gestão das políticas públicas fica centralizada no Poder Executivo, e a institucionalização de um processo democrático que privilegie a pluralidade de pensamentos está longe de se concretizar e, assim, o espaço público perde sua importância enquanto local de se fazer política, não contribuindo para as alterações na estrutura da sociedade. Nesse caso, a desvalorização dos espaços públicos demonstra a desmobilização da sociedade civil em ocupá-los para defender seus interesses. Dentre outros fatores, essa apatia política da população é determinada pelo projeto

*Com isso, a gestão das políticas públicas fica centralizada no Poder Executivo, e a institucionalização de um processo democrático que privilegie a pluralidade de pensamentos está longe de se concretizar e, assim, o espaço público perde sua importância enquanto local de se fazer política, não contribuindo para as alterações na estrutura da sociedade.*

neoliberal que instiga a busca de saídas individuais para os problemas sociais que se apresentam no cotidiano.

Esses espaços chamados de conselhos se constituem em uma das maiores inovações no campo das políticas públicas. Suas atribuições se resumem a discutir, elaborar e fiscalizar as políticas sociais nas diversas áreas, baseadas na concepção de participação democrática, tendo em vista a universalização dos direitos fundamentados por uma nova compreensão do caráter e papel do Estado.

Nesse sentido, nossas ações vêm sinalizando mudanças no que diz respeito ao princípio da democracia representativa para o campo da democracia participativa de base, em que o controle social exercido pelos adolescentes da Comissão de Protagonismo, criada a partir das experiências do Movimento Nacional de Meninos(as) de Rua e do Fórum DCA, vem fomentando o exercício prático da participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes sobre os assuntos a eles relacionados.

Podemos dizer que temos, do ponto de vista legal, inúmeros instrumentos que regulamentam o Controle Social, porém o que nos falta é criar novas formas para a articulação e mobilização junto aos diversos atores da sociedade no que diz respeito ao envolvimento e comprometimento dos sujeitos, na perspectiva da construção de um novo modelo de sociedade que faça a contra-hegemonia de enfrentamento ao capital e ao projeto neoliberal.

Em se tratando do Controle Social, ainda se faz necessário rever e redescobrir novos caminhos, como diz Thiago de Melo: “Não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar”. 📖

Referências:

- BORÓN, Atilio. Os “novos leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 103-127.
- BEHRING, Elaine Rosetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- DINIZ, Eli. Globalização, democracia e reforma do estado: paradoxos e alternativas analíticas. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). Gestão Social: uma questão em debate. São Paulo: Educ, 1999. p. 91-103.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel. (Coord.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

# PNAS/2004

## A proteção social na Política Nacional de Assistência Social

por *Janete Aparecida Giorgetti Valente\**



A inserção da política de assistência social no contexto das políticas de Seguridade Social tem por pressuposto seu caráter de política de “proteção social”, cuja finalidade é a garantia de direitos e de condições dignas de vida a cidadãos e grupos que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco. Essa política pressupõe articulação com as demais políticas da área social. Tem como importante caráter inovador ser uma política não contributiva, garantindo a todos que dela necessitam a provisão dessa proteção.

Entende-se por proteção social as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...]

Incluo neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro) quanto os bens culturais (com os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Consideram-se, ainda, os princípios e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades.

Para que a proteção social se estabeleça, deve-se levar em conta as pessoas, as suas circunstâncias e o seu núcleo de apoio primeiro,

isto é, a família. Outro estudo afirma que há um tipo de proteção – preciosa – que advém das redes de relações de proximidade geradas pela família e grupos/organizações comunitárias do microterritório. Não ter família e comunidade significa não ter proteção. Afirma ainda que o pertencimento social é assegurado pelos vínculos sociofamiliares. Nos processos de inclusão social, o grupo familiar apresenta-se como condição objetiva e subjetiva de pertença, que não pode ser desprezada. Propicia também convivência vicinal e comunitária mesmo em grandes cidades.


De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), para a efetivação da proteção social, há necessidade de desenvolver maior capacidade de aproximação do cotidiano da vida dos indivíduos, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem, devendo garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida, de convívio ou vivência familiar.

Por garantia de segurança de “rendimentos”, entende-se a possibilidade de que as pessoas tenham uma forma monetária de prover sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou de situações de desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social, que recebem

\*Este texto é parte da Tese de Doutorado defendida em fevereiro de 2013 na PUC/SP. A autora é doutora em Serviço Social pela PUC/SP.

subsídios adequados para uma vida com um padrão digno e cidadão de existência (PNAS, 2004). A segurança da “acolhida” é considerada como primordial na política de assistência social. Ela ocorre quando da provisão de recursos para enfrentamento de necessidades humanas, os quais começam com a alimentação, o vestuário e o abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A busca da autonomia dos sujeitos nessa provisão de necessidades básicas é importante fator nas propostas de ação da Assistência Social. A ausência dessa autonomia por toda uma vida, ou por um período dela, pode ocorrer por diferentes razões, como a idade (crianças, idosos), desastres ou acidentes naturais e questões relacionadas à saúde física ou mental.

Dentre as necessidades a serem preenchidas pela política de assistência social, figuram a segurança da “vivência familiar” ou

a segurança do “convívio”. Essas necessidades supõem a busca por superação de situações de reclusão, de perda ou afastamento das relações essenciais. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais, por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias, ainda que estejam no campo do convívio humano, têm de ser superadas. As dimensões multicultural, intergeracional, interterritorial, intersubjetiva, entre outras, devem ser garantidas como parte do direito ao convívio (PNAS, 2004). 

## **A NOB-SUAS/2012 DETALHOU AS SEGURANÇAS EM CINCO, DESCRITAS NO ARTIGO 4º. SÃO SEGURANÇAS AFIANÇADAS PELO SUAS:**

**1** Acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

**2** Renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

**3** Convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

**4** Desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

- a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;
- b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;
- c) a conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

**5** Apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

A proteção social, no âmbito da assistência social, materializa-se pela garantia desse conjunto de seguranças sociais aos(às) cidadãos(ãs), no sentido da redução de riscos e vulnerabilidades sociais. Efetiva-se por um conjunto integrado de projetos, programas, serviços e benefícios articulados em rede, constituídos com base no território e ofertados pelos diferentes entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), em gestão direta ou por entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS.

A PNAS/2004 sela, assim, seu compromisso com o atendimento às necessidades dos usuários, construindo com eles a ampliação de seu protagonismo. Como política pública, insere-se no campo de políticas sociais de Estado, com responsabilidades específicas a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.



# FACES DO BRASIL

*Por Aurimar Pacheco*

**B**amboó é longe, muito longe. O litoral lhe vira as costas. O morro olha de cima. O lixo oferece sarna e garrafa PET vazia. Tudo no aumentativo.

Como a Macondo de Garcia Marquez, em Bamboó, o nome das coisas não é por todos conhecido e é preciso apontar com o dedo o que se quer e deseja. Normamente, com o dedo no gatilho.

Bamboó tem uma emergência silenciada, a infância incerta e a juventude improvável. É sitiada pelas dores de quem não tem alternativa e segue a lei de uma evolução que Darwin não descreveu. Talvez tenha imaginado no dia em que conheceu o ornitorrinco.

O destino verde lodo dos pais tem nas mãos a parte mais candente, e as mulheres de Bamboó sofrem por seus maridos, poder e força de Bamboó. Não há um só dia em que não tenha uma delas em prantos, seja por seus rebentos, sina ou tormentos. Ali, no teatro sujo de seus muitos afazeres de heroínas urbanas.

Bamboó tem donos. É fatiada à bala pela máfia de micropoderes, fogueiras humanas, filhos desaparecidos e

incestos corriqueiros. Bamboó é boa para conflitos e exige esquiva, enormes livramentos e plantão de anjos. Bamboó dá trabalho para os Santos. Lá, relógio nem sempre tem vez e serão 18 horas quando alguém decidir que assim seja. Não importa se, para os mortais, já é meio-dia. Em Bamboó, o toque de recolher não tem notas, tem estampidos e, sendo uma cidade, também é uma prova do que pode emergir ciclicamente dos corações peludos.

Em Bamboó, o *establishment* usa bermudão, camiseta e olhar calibre AK-47. E anda de motocicleta. Dessa posição, é fácil atirar franco, limpo e letal. E acumular decisões e rejeitar o que não parece consigo, ainda que lhe seja siamês.

Bamboó pode ser na Nigéria, Sudão, Síria ou no Rio de Janeiro. Ou em qualquer outro lugar onde não se cuide bem de gente, de vidas e tenras gerações anônimas.

Em Bamboó, a Assistência Social é líquida e incerta, aguerrida, e atende pelo nome de ONG. O nome traz em si a negação de ser governo. Não por acaso, é tocado por mulheres. Aquelas que geram para os seus homens os novos filhos de Bamboó. 🇧🇷

# ESTAMOS LUTANDO CONTRA UM NEGÓCIO DE US\$ 32 BILHÕES POR ANO.

taiso



O tráfico de mulheres e crianças, tanto para a exploração sexual quanto para o trabalho escravo, é um negócio internacional que já levou do nosso país para o exterior mais de 70 mil pessoas. Segundo o Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime, a prática faz em todo o mundo 2,5 milhões de vítimas e gera 32 bilhões de dólares por ano para criminosos.

O Fundo Brasil de Direitos Humanos luta contra todas as formas de violação de direitos fundamentais, apoiando, inclusive, iniciativas da sociedade civil que trabalham nessas temáticas. A Fundação, sem fins lucrativos, já destinou mais de R\$ 5 milhões a cerca de 200 projetos em todo o país, contando com investimento social de pessoas e empresas mobilizadas pelo desenvolvimento nacional com a garantia dos direitos humanos.

Conheça em nosso site os projetos apoiados. Faça parte desta luta. Contribua com o Fundo Brasil para a construção de um país melhor para todos.

**23 DE SETEMBRO. DIA INTERNACIONAL CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL E O TRÁFICO DE MULHERES E CRIANÇAS.**

11 3256-7852

[www.fundodireitoshumanos.org.br](http://www.fundodireitoshumanos.org.br) | [www.facebook.com/fundobrasil](https://www.facebook.com/fundobrasil) | [twitter.com/fundobrasil](https://twitter.com/fundobrasil)

**fundo brasil** de  
direitos humanos

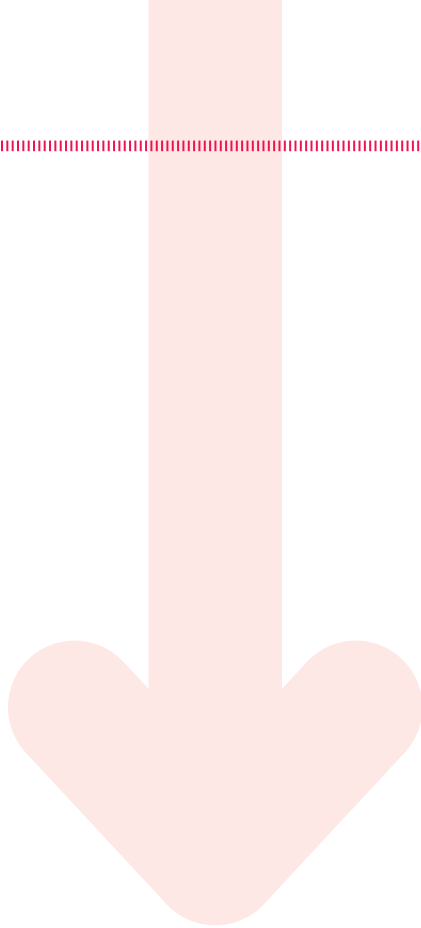
# PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONSELHOS DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORAM ESTABELECIDOS PELO ECA E TÊM COMO PRERROGATIVA ATUAR PELO BEM-ESTAR DESTA POPULAÇÃO – MAS COMO ELES FUNCIONAM, NA PRÁTICA?

*Por* **Thais Iannarelli**







**N**os últimos anos, a legislação brasileira avançou muito em termos de promoção da garantia de direitos da criança e do adolescente, especialmente após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Já na Constituição Brasileira de 1988 – anterior ao ECA –, o artigo 227 afirmava: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Hoje, com a atuação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), organizações sociais e iniciativas empresariais, a luta para assegurar o bem-estar desta parcela da população segue com mais força e participação.

## DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

Ao olhar para o histórico da defesa dos direitos da criança e do adolescente no país e no mundo, nota-se que desde o início do século 20 medidas foram tomadas, ainda que de forma incipiente, para promover essa garantia.

### IMPORTÂNCIA DO ECA

O ECA, criado em 1990, tem como meta promover a proteção integral da criança e do adolescente, ou seja, é o marco legal e regulatório dos direitos humanos desta fatia da população. O documento foi ratificado pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, ganhando vigência internacional em outubro do mesmo ano. Com isso, o país foi o primeiro a adequar a legislação interna aos princípios consagrados pela Convenção das Nações Unidas.

Desde a criação do ECA até hoje, muito se avançou em termos de direitos para a criança e o adolescente. “Temos muitos pontos positivos: mais de 98% das crianças matriculadas na escola, diminuição da mortalidade infantil, implantação de conselhos de direitos e tutelares. Mas também há vários desafios: mais de 60 mil adolescentes no sistema socioeducativo, muitas crianças no trabalho infantil, alto índice de homicídio na adolescência, mas o grande desafio é a mobilização pública em favor do ECA. Muitas vezes as pessoas utilizam o estatuto e nem sabem disso”, declarou Miriam dos Santos, presidente do Conanda, em entrevista à Agência Brasil.

Foi a partir deste estatuto, considerado um marco na legislação do país, que as crianças do país, sem qualquer distinção ou forma de discriminação, passaram a ser sujeitos de direito. Entre os preceitos do ECA estão: prioridade do direito à convivência familiar e comunitária, o que levou ao fim da política de abrigamento indiscriminado; priorização de medidas de proteção sobre as socioeducativas; articulação das iniciativas governamentais e não-governamentais; garantia de devido processo legal e da defesa ao adolescente a quem se atribua algum ato infracional; e municipalização do atendimento.

Sobre o último item, o artigo 88 do ECA prevê a criação de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que consistem de órgãos deliberativos e controladores de políticas públicas,



---

cuja função é assegurar a participação popular por meio de organizações representativas. “A gente acredita nos conselhos, porque seguem o ECA, e acredita que eles, assim como está no estatuto, são instancias estratégicas. A partir disso a questão da proteção é pensada e definida em termos de políticas da infância, seja municipal, estadual ou nacional”, complementa Cristiane Félix, coordenadora dos Programas de Desenvolvimento Institucional e de Redes e Alianças do Instituto C&A.

### **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Previsto no ECA e criado pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) é um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária. O Conanda faz parte da estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e sua função é coordenar as ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as principais pautas trabalhadas pelo Conanda são:

- Combate à violência e exploração sexual praticada contra crianças e adolescentes;
- Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente;
- Promoção e Defesa dos direitos de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes com deficiência;
- Criação de parâmetros de funcionamento e ação para as diversas partes integrantes do sistema de garantia de direitos.

Além disso, um dos papéis primordiais do Conanda é trabalhar a integração e articulação dos conselhos estaduais, municipais e tutelares, assim como os diversos conselhos setoriais, órgãos estaduais e municipais e entidades não governamentais. É sua responsabilidade avaliar as políticas e a atuação dos órgãos governamentais referentes ao tema. Outro papel importante é gerir o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA), garantindo a correta utilização dos recursos.

“*O artigo 88 do ECA prevê a criação de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que consistem de órgãos deliberativos e controladores de políticas públicas, cuja função é assegurar a participação popular por meio de organizações representativas*”



## HISTÓRICO DA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**1927**

**PROMULGAÇÃO DO CÓDIGO DE MENORES NO BRASIL, PRIMEIRO DOCUMENTO LEGAL VOLTADO À POPULAÇÃO COM MENOS DE 18 ANOS**

**1930**

Criação do Ministério da Educação no país.

**1950**

Chegada do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) ao Brasil, instalado em João Pessoa, na Paraíba. O objetivo era trazer para o país programas de proteção à saúde da criança e da gestante nos Estados do Nordeste brasileiro.

**1959**

Aprovação da Declaração Universal dos Direitos da criança, aprovada pela assembleia geral da ONU, que aumentava o elenco de direitos aplicáveis à população infantil.

**1986**

Criação da Frente de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que reunia diversas entidades da área da infância e da adolescência. Neste ano surgiu também a Comissão Nacional Criança Constituinte.

**1979**

Revogação do Código de Menores, o Segundo Código de Menores incorpora a nova concepção assistencialista à população infanto-juvenil.

**1964**

Criação da Fundação do Bem-Estar do Menor, no Brasil. A instituição tinha como metas implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e é considerada um marco da transição para a concepção assistencialista de cuidado.

**1988**

Constituição Federal do Brasil, que introduziu um novo modelo de gestão das políticas sociais. Um grupo de trabalho se reuniu para concretizar os direitos das crianças e dos adolescentes, o que resultou no artigo 227, que serviu de base para a construção do ECA.

**1989**

Convenção Internacional dos Direitos da criança, um dos mais importantes tratados de direitos humanos ratificado por todos os países-membros da ONU, exceto Estados Unidos e Somália.

**1990**

Promulgação do ECA, considerado um documento exemplar de direitos humanos, concebido a partir do debate e da participação de diversos segmentos sociais envolvidos com a causa da infância e da adolescência no Brasil.

**2006**

Aprovação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e do Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase).

**2003**

Aprovação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

**1996**

Sanção da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que define e regulariza o sistema de educação brasileiro.

## CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

Os CMDCA's, também chamados de Conselhos de Direitos, são instâncias de concretização da democracia participativa. Suas funções são:

- Formular políticas que atendam a infância e a adolescência em geral;
- Monitorar procedimentos de atendimento;
- Controlar as operações do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fazer com que o ECA seja cumprido;
- Divulgar os direitos das crianças e adolescentes e os mecanismos de exigibilidade desses direitos;
- Participar da construção de uma política de proteção integral;
- Estabelecer normas e orientar o funcionamento das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento a este público;
- Conhecer e acompanhar as demandas de atendimento, identificando áreas carentes de intervenção, bem como a adequação dos programas existentes às reais necessidades;
- Presidir o processo de escolha dos conselheiros tutelares.

De acordo com a pesquisa *Conhecendo a Realidade*, realizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Conanda em 2007, que traça um perfil dos CMDCA's no país, ao longo dos 16 anos (entre a promulgação do ECA e a realização da pesquisa), a criação dos conselhos têm sido irregular. A média de crescimento da amostra estudada foi de 6% ao ano.

Nos cinco primeiros anos, foram criados 35% dos conselhos da amostra e, nos 10 primeiros anos, somavam 63%. 15% dos conselhos participantes da pesquisa foram criados em 1991, e os anos de 1993, 1997, 2001 e 2005 se destacam pelo crescimento em relação ao ano anterior (9, 13, 7 e 4%, respectivamente). Segundo a pesquisa, essas datas correspondem ao início das gestões das administrações públicas municipais, o que pode revelar que, nesta ocasião, há mais disposição para implementar instâncias participativas nos municípios.

A pesquisa analisou 2.474 conselhos, além do Colegiado do Distrito Federal, totalizando 49% dos Conselhos Municipais existentes no país. O maior número de questionários respondidos veio das regiões Sul (58%) e Sudeste (52%). A região com menor retorno foi a Norte, com 35% dos Conselhos. "A diversidade regional existe, existe e é própria da nossa extensão territorial e cultural. No que tange às questões do ECA, os desafios são muito parecidos ainda. Há avanços em algum campo, a depender do movimento das ONGs, de quanto estão organizadas, mas

## CMDCA's NOS ESTADOS BRASILEIROS

ESTADO	MUNICÍPIOS (IBGE, 2005)	CMDCA's ATIVOS	COBERTURA CMDCA
AC	22	21	95%
AL	102	102	100%
AM	62	45	73%
AP	16	15	94%
BA	417	333	80%
CE	184	184	100%
DF	1	1	100%
ES	78	78	100%
GO	246	200	81%
MA	217	157	72%
MG	853	797	93%
MS	78	77	99%
MT	141	116	82%
PA	143	142	99%
PB	223	159	71%
PE	185	184	99%
PI	223	218	98%
PR	399	378	95%
RJ	92	89	97%
RN	167	158	95%
RO	52	52	100%
RR	15	15	100%
RS	496	470	95%
SC	293	293	100%
SE	75	75	100%
SP	645	645	100%
TO	139	100	72%
<b>TOTAL</b>	<b>5.564</b>	<b>5.104</b>	

\*FONTE: DADOS FORNECIDOS PELOS RESPECTIVOS CONSELHOS ESTADUAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COM EXCEÇÃO DOS ESTADOS DE AM, MA, MT, PB E SC CUJOS NÚMEROS FORAM RETIRADOS DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELO IBGE NO ANO DE 2002.



## PLATAFORMA VIRTUAL MAPADCA ORIENTA DIAGNÓSTICO SOBRE SITUAÇÃO DA INFÂNCIA

O Mapa DCA é uma plataforma online, gratuita e de livre acesso, lançada em novembro de 2011 com o objetivo de facilitar o levantamento de informações sobre a realidade de crianças e adolescentes nos municípios. Desenvolvido pela Oficina de Imagens, por meio do Programa Novas Alianças, e com parceria do Instituto C&A, o mapa é organizado por dez áreas temáticas: Convivência Familiar e Comunitária; Assistência Social; CMDCA; Conselho Tutelar; Cultura, Esporte e Lazer; Trabalho Infantil; Violência Sexual; Medidas Socioeducativas; Vida, Saúde e Alimentação; e Educação e Profissionalização. Em cada uma delas, há um conjunto de perguntas formuladas a partir das leis, planos e resoluções. O usuário também tem acesso a dicas e links com mais informações, além de ser direcionado a sites onde é possível obter indicadores oficiais. Após o preenchimento de cada área, é possível gerar relatórios com orientações sobre a situação do município. A plataforma foi desenvolvida pela empresa Vöel, que escolheu as tecnologias de software livre e web pensando no público principal, que são os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Como os Conselhos nem sempre têm boa estrutura e bom acesso à internet, a ferramenta teria que ser acessada de forma fácil, leve e rápida.

www.mapadca.org

no conjunto, os desafios se são muito parecidos regionalmente. Não dá pra dizer se um Estado é melhor que o outro. Do ponto de vista geral, há ONGs bem mobilizadas hoje, e isso é uma prerrogativa interessante, mas existe o desafio de fazer com que os conselhos funcionem, de que a sociedade percebam a importância dos conselhos e utilizem isso”, complementa Cristiane.

Os dados demonstram que houve avanços na implantação dos Conselhos Municipais desde a promulgação do ECA. No entanto, a distribuição dos municípios nos quais os conselhos ainda não foram criados é muito desigual.

## FUMCAD

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente existe com o objetivo de beneficiar projetos de entidades aprovados pelo CMDCA. Os fundos existentes nos municípios são basicamente contas bancárias, sem personalidade jurídica. A regra é que os recursos ali existentes só podem ser movimentados pelos conselhos. Tais recursos podem ser oriundos de pessoas físicas ou jurídicas, incentivadas ou não por leis de renúncia fiscal, ou outras fontes, como convênios doações de governos e outros organismos nacionais ou internacionais.

Somente as organizações credenciadas nos CMDCA podem ter acesso aos recursos dos Fundos e, para isso, é preciso que tenha um projeto aprovado em edital publicado pelo Conselho. Em São Paulo, por exemplo, o edital 2013, que encerrou as inscrições em agosto, definiu cinco eixos prioritários de atuação das entidades sem fins lucrativos: crianças e adolescentes em situação de violência; vulneráveis ao uso de substâncias psicoativas; em situação de rua e/ou submetidas ao trabalho infantil; socioeconomicamente vulneráveis na primeira infância; e em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

O valor total do edital foi de R\$ 7,5 milhões, sendo que cada entidade pode inscrever um projeto no processo seletivo.

Empresas e pessoas físicas podem deduzir porcentagens do imposto de renda para compor o FUMCAD. No caso de empresas tributadas em lucro real (com faturamento acima de R\$ 48 milhões), é possível deduzir até 1% do IR devido. Após calcular o valor do incentivo, o contribuinte escolhe o projeto beneficiado pelo sistema e emite o boleto para pagamento até o último dia útil do ano corrente. Após o depósito, a entidade que propôs o projeto emite um recibo e envia ao patrocinador como comprovante para renúncia fiscal. O ressarcimento do patrocínio virá no ano seguinte na forma de restituição ou abatendo o valor do IR a pagar.

Para pessoas físicas, é possível deduzir até 6% do IR devido. Também pode-se escolher o projeto a ser beneficiado, e o restante do processo é igual ao da pessoa jurídica. 📄



**A PAULUS participa da  
implantação do Sistema  
Único de Assistência Social - SUAS,  
por meio do Assessoramento  
técnico às entidades  
socioassistenciais de todo o Brasil.**



ESPECIAL



# GOVERNO SANCIONA ESTATUTO DA JUVENTUDE

**Direitos já previstos em lei serão aprofundados  
para atender às demandas específicas dos jovens**

*Por Paula Craveiro*

**N**o dia 5 de agosto, a presidenta da República Dilma Rousseff sancionou o Estatuto da Juventude, que estabelece direitos para jovens entre 15 e 29 anos.

O projeto garante a meia-entrada em eventos culturais e esportivos de todo o país para estudantes e para jovens de baixa renda, com renda familiar de até dois salários mínimos, mesmo que eles estejam fora da escola. Embora a meia-entrada estudantil já seja uma realidade no Brasil, o projeto

incorporou a existência de uma reserva de ingressos de 40% dos lugares em eventos.

“Com a promulgação do Estatuto, demos mais um passo para construir uma história da juventude brasileira baseada em direitos. Com base na carta de direitos, sabemos que o Estatuto da Juventude é apenas um começo. A partir de agora temos de aprofundá-los”, afirmou Dilma. Segundo a presidenta, o Estatuto é fruto de dez anos de lutas e discussões do movimento jovem.

## DIREITOS ASSEGURADOS

O Estatuto da Juventude define os princípios e as diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbitos federal, estadual e municipal. Isso significa que as políticas tornam-se prerrogativas do Estado, e não só de governos.

“Os jovens brasileiros entrarão definitivamente para a agenda das políticas públicas brasileiras, independentemente da posição do governo. Agora, há uma legislação que ampara a execução das políticas para mais de 51 milhões de jovens”, garantiu a secretária nacional de Juventude, Severine Macedo.

Pelo texto, publicado no Diário Oficial da União, terão direito à meia-entrada em eventos de lazer e desportivos os estudantes que comprovarem matrícula em instituição de ensino com o uso de carteirinha expedida “preferencialmente” pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e por entidades estudantis estaduais e municipais filiadas a essas organizações nacionais.

A nova legislação define que o pagamento de meia-entrada também vale para jovens de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. As regras do Estatuto da Juventude não se estendem aos jogos da Copa do Mundo de 2014 nem às Olimpíadas de 2016, cujas entradas (incluindo as vendidas com desconto) são reguladas pela Lei Geral da Copa.

Para ter acesso ao direito, as famílias dos jovens carentes devem estar registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A nova lei limita a concessão do benefício da meia-entrada para estudantes e jovens de baixa renda a 40% do total de ingressos disponíveis para cada evento. Os jovens que estiverem além deste percentual não usufruirão o direito.

A meia-entrada para os estudantes entre 15 e 29 anos já está em vigência, mas esses jovens somente serão beneficiados daqui a seis meses (início de 2014). Esse é o prazo que o Congresso tem para aprovar a lei que definirá como esse direito será colocado em prática.

Além disso, a lei estabelece ainda, de maneira mais genérica, acesso a direitos básicos, como justiça, educação, saúde, lazer, transporte público, esporte, liberdade de expressão e trabalho. Faz também com que novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à livre orientação sexual e à sustentabilidade, sejam assegurados pela legislação.

## VETOS

A meia-passagem para os estudantes em ônibus interestaduais foi um dos itens vetados (artigo 11º), mas

*“Com base na carta de direitos, sabemos que o Estatuto da Juventude é apenas um começo. A partir de agora temos de aprofundá-los”*

**Dilma Rousseff**

## ESTATUTO DA JUVENTUDE NACIONALIZA REGRAS PARA A MEIA-ENTRADA DE JOVENS

ANTES	DEPOIS
Meia-entrada apenas para jovens estudantes; as regras eram determinadas por leis estaduais.	Lei estabelece que todos os jovens estudantes e carentes do País têm direito à meia-entrada.
Sem limite de meia-entrada.	Meia-entrada será limitada a 40% do total dos ingressos disponíveis.

### PRINCÍPIOS DO ESTATUTO DA JUVENTUDE

- Promoção da autonomia e emancipação dos jovens.
- Valorização e promoção da participação social e política da juventude, direta ou por meio de suas representações.
- Promoção da criatividade e da participação da juventude no desenvolvimento do País.
- Reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares.
- Promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem.
- Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude.
- Promoção da vida segura, da solidariedade e da não discriminação.
- Valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

FONTE: SENADO



Severine Macedo, secretária nacional da Juventude

### PERFIL DO JOVEM BRASILEIRO

De acordo com o Censo realizado em 2010, o Brasil contava com **51,3 milhões** de jovens com idades entre **15 e 29 anos**.

**35,8%**  
frequentavam  
escola ou  
faculdade

**62,2%**  
já haviam  
frequentado  
escola ou  
faculdade

**1,6%**  
nunca  
frequentaram

**34,3%**  
possuíam  
nível médio

**30%**  
tinham ensino  
fundamental  
incompleto ou  
não possuíam  
instrução

**28,2%**  
possuíam nível  
fundamental

**6,3%**  
nível superior



**26,9%**  
do total da  
população



**63,4%**  
faziam parte  
da população  
economicamente  
ativa (PEA).



o governo manteve a exigência de quatro assentos preferenciais para jovens de baixa renda no transporte interestadual, sendo dois gratuitos e outros dois com, no mínimo, 50% de desconto. Esse é outro trecho que também depende de regulamentação para entrar em vigor.

“O que a gente buscará é fazer um diálogo para não retroceder no que consta tem no Estatuto da Juventude. Nosso papel será continuar negociando para avançar, não retroceder”, garantiu Severine.

A presidente Dilma também vetou o artigo 45º, que “assegura linha de crédito especial, nas áreas urbana e rural, destinada ao jovem empreendedor”. Segundo a Secretaria Geral da Presidência, o artigo fere a Lei de Responsabilidade Fiscal por destinar verbas não previstas no orçamento.

### OUTROS PROJETOS PARA A JUVENTUDE

Além de fortalecer as políticas, o Estatuto também garante a criação de espaços para ouvir os jovens, estimulando sua participação nos processos decisórios. Para isso, a nova lei prevê a criação dos conselhos estaduais e municipais de juventude, que serão espaços nos quais os jovens poderão opinar e participar de decisões políticas.

Durante a cerimônia de sanção da proposta, Dilma Rousseff assinou um decreto criando o Comitê Interministerial da Política de Juventude e anunciou o lançamento do primeiro edital do Programa Estação Juventude.

As estações custarão R\$ 20 milhões e fornecerão informações sobre programas e ações para os jovens, além de orientação, encaminhamento e apoio para a busca de emprego e formação profissional.

O programa será implementado em dois formatos: as estações complementares, instaladas em equipamentos públicos municipais já existentes, que viabilizarão o atendimento qualificado para os jovens; e as unidades itinerantes, instaladas em ônibus que percorrerão localidades diferentes para ampliar, territorialmente, o acesso às informações.

Outro ponto instituído foi o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), cujas competências serão definidas posteriormente.

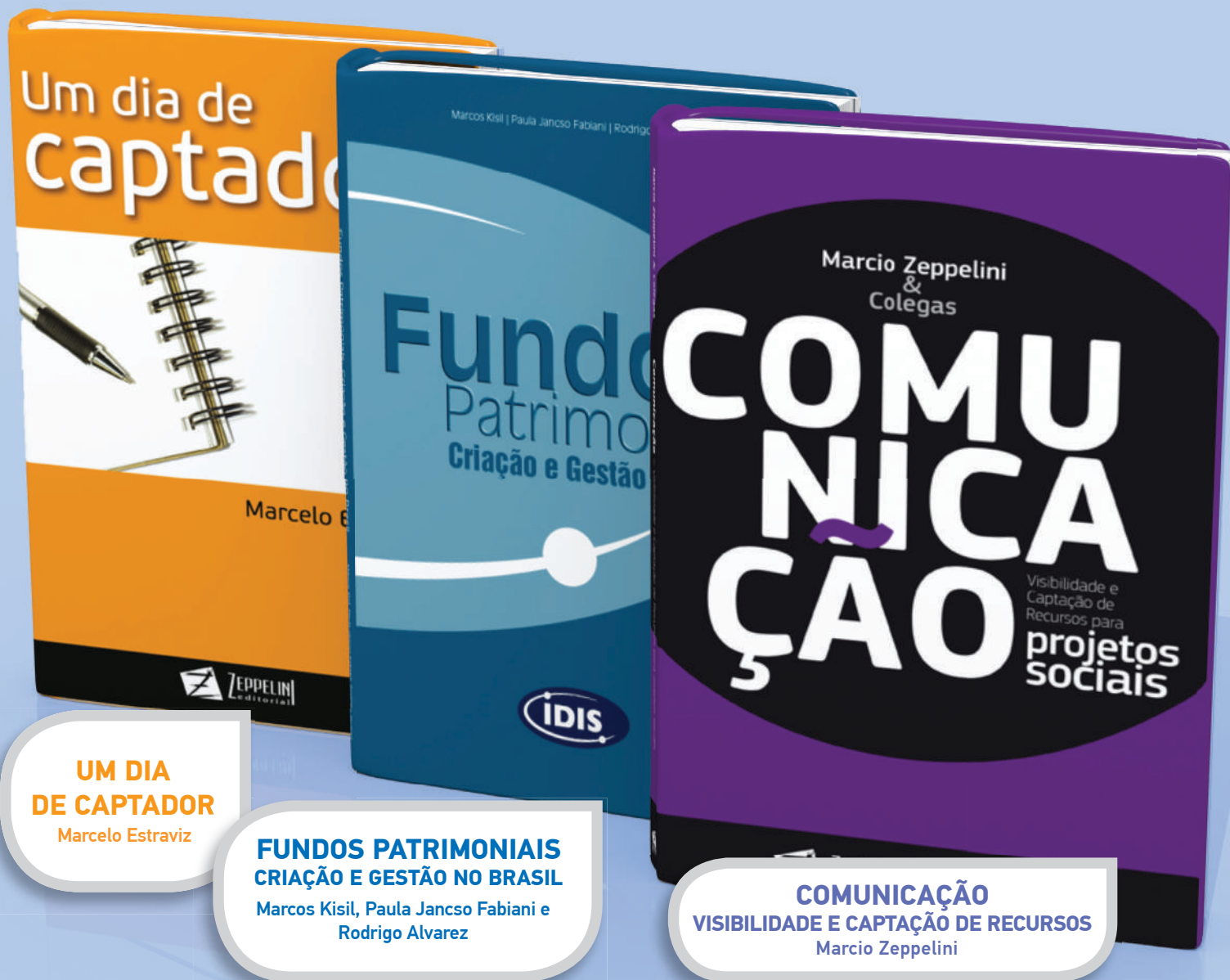
“Esse é um compromisso do meu governo e nós queremos, com a participação de todos, com a presença democrática das diferentes opiniões que reportam à juventude brasileira, como não podia deixar de ser, construir um caminho que leve à consolidação dos direitos de cidadania, dos direitos civis, dos direitos econômicos, dos direitos sociais dos jovens brasileiros”, afirmou a presidenta. “Foi por meio da participação democrática dos jovens e do povo brasileiro que as coisas mudaram. Por isso é que o Estatuto ganha ainda mais importância, pois ele é uma condição para continuarmos mudando”, disse. 🇧🇷



..... COLEÇÃO

# FILANTROPIA .....

.....  
Cumprindo a missão de democratizar informações para profissionalizar a área social, o Instituto Filantropia tem, entre seus canais de comunicação, três obras técnicas voltadas para captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais  
.....



**UM DIA DE CAPTADOR**

Marcelo Estraviz

**FUNDOS PATRIMONIAIS  
CRIAÇÃO E GESTÃO NO BRASIL**

Marcos Kisil, Paula Jancso Fabiani e  
Rodrigo Alvarez

**COMUNICAÇÃO**  
VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS  
Marcio Zeppelini



# INCORPORANDO ESTRATÉGIAS RESPONSÁVEIS

**Consumidores passam a considerar não só preço, mas também sustentabilidade dos produtos na hora de compra**

Um novo modelo de relações entre consumidores e empresas está emergindo. Ainda em processo de ascensão, esse modelo está fundamentado nos assuntos de sustentabilidade e se apresenta como oportunidade inovadora tanto para as empresas quanto para os consumidores. As empresas que anteciparem seu planejamento para moldar suas estratégias e se ajustar a essa nova realidade e comportamento terão no consumo sustentável não apenas um nicho a conquistar, mas também a licença para operar, um fator necessário para existir nos mercados de amanhã.

Estudo realizado pela GlobeScan, representada pelo instituto de pesquisa Market Analysis no Brasil, em parceria com o *think-tank* SustainAbility e a consultoria BBMG, questionou a opinião de 6.224 consumidores por meio de uma enquete *on-line* em seis importantes mercados – Brasil, Índia, China, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido – fornecendo evidências de que esse novo ambiente de mercado está surgindo.

A questão se encontra na definição da maneira mais adequada com a qual consumidores devem agir diante dos aspectos de consumo e sustentabilidade. Há também dúvidas sobre quais atitudes as empresas devem estabelecer com foco na implantação de comportamentos socioambientalmente responsáveis. Ao buscar novas estratégias enraizadas na responsabilidade socioambiental, a tática primordial é incentivar o consumo responsável, ou seria a redução de consumo como um todo a proposta mais adequada?

O dilema entre comprar mais produtos sustentáveis ou comprar menos de forma geral está assentado em outro impasse estrutural da sociedade contemporânea: o da necessidade ou não de revisão do próprio sistema político-econômico e seus ciclos de produção e consumo. De um lado, existem pensadores, como Stuart Hart e Lester Brown, que alertam para

a necessidade de transformação – o primeiro discutindo a encruzilhada na qual o capitalismo se encontra e o segundo aprimorando sua proposta de plano B para o que diz ser o salvamento da civilização; de outro, a maior parte dos economistas entoando os mantras do crescimento econômico e do aumento do consumo.

Transformações comportamentais de consumo em prol da sustentabilidade vêm surgindo com intensidade gradativa, como que insinuando grandes mudanças em direção à sustentabilidade. Além do reconhecimento por mais da metade dos entrevistados sobre a responsabilidade de consumir produtos sustentáveis, 61% dos consultados confirmam ir além das escolhas em prateleiras, assumindo atitudes de reciclagem. Cerca de metade dos consultados (45%) diz consertar ou reutilizar um produto ao invés de comprar outro novo. Deslocar de maneira *green*, ou seja, optar por utilizar a bicicleta ou transporte público em vez do próprio carro, é registrado em 45% dos casos. Junto a isso, uma porcentagem menos significativa de 31% adotou o compartilhamento ou empréstimo de produtos a fim de evitar a compra.

Há espaço para desenvolvimento de diferentes estratégias de comunicação e venda que vão além dos produtos dispostos em prateleiras e gôndolas. Como empresas podem aproveitar essa crescente postura de consumidores frente às questões ambientais e sociais?

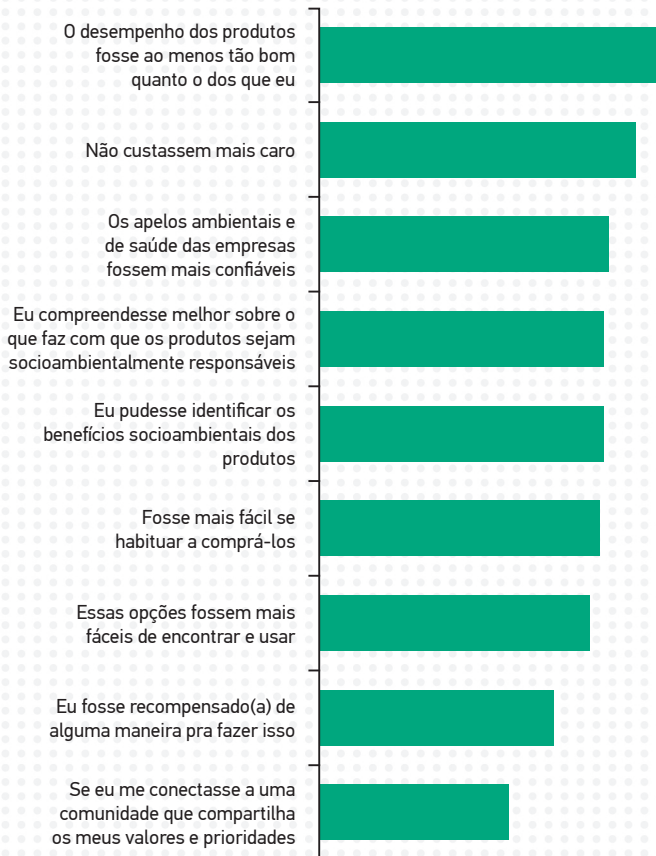
Setenta e cinco por cento dos consultados concordam que realizariam a compra de produtos responsáveis se ao menos estes trouxessem benefícios iguais ou melhores que os produtos convencionais. A questão de preço também é um fator decisivo, e a maioria dos consultados (70%) afirma que a compra é condicionada aos preços não serem mais altos. Mais da metade (63%) também acentua que consumiriam se fossem

## COMPORTAMENTOS DE EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS – PERCENTUAL MÉDIO DE CONSUMIDORES QUE CONCORDAM COM AS AFIRMAÇÕES NOS 6 PAÍSES INVESTIGADOS



FONTE: GLOBESCAN, BBMG E SUSTAINABILITY, 2012.

## “EU COMPRARIA MAIS PRODUTOS SUSTENTÁVEIS SE...” – FREQUÊNCIA



FONTE: GLOBESCAN, BBMG E SUSTAINABILITY, 2012.

mais bem instruídos quanto ao que faz um produto ser sustentável. O mesmo percentual indica interesse de compra de produtos sustentáveis se a identificação destes fosse mais imediata. Similarmente, 64% dos respondentes acreditam que a escolha desses produtos seria facilitada se os apelos ambientais e de saúde das empresas fossem mais convincentes.

Percebe-se um crescente interesse dos consumidores em contribuir com ideias, opiniões e experiências para ajudar as companhias a criarem melhores produtos e novas soluções. Neste estudo, foi identificado um segmento de consumidores que apresenta inclinações mais significativas em adotar o consumo sustentável. Denominados de *aspirantes ao consumo sustentável*, esse maior segmento (37%) exhibe considerável oportunidade para o avanço do consumo sustentável. Com isso, fica evidente a necessidade imprescindível de empresas desenvolverem estratégias alinhadas às questões socioambientais, tais como os temas da água, da saúde e da justiça salarial por meio dos seus produtos, práticas e políticas. Junto a isso, fica clara a importância do desenvolvimento de iniciativas com enfoque central nesse segmento, alinhando objetivos comerciais futuros diretamente com os interesses e expectativas desse determinado grupo.

Para que o alcance efetivo de resultados positivos e o consumo responsável se torne uma realidade inerente, nós evidenciamos cinco pontos importantes fundamentados nesse segmento de destaque.

### ATRIBUTOS ALÉM DO PRODUTO

Além de trazer benefícios para o ambiente e a sociedade, os aspirantes buscam produtos que trazem consigo outros benefícios, como qualidade diferenciada e preço acessível. Esses consumidores desejam produtos que tragam recompensas sensoriais como se sentir efetivamente parte de um grupo maior agindo em conjunto a favor de um mundo melhor. Marcas que entregam esses ganhos e comunicam isso eficazmente serão recompensadas com a lealdade desses consumidores, especialmente em mercados emergentes como Brasil, Índia e China.

### HISTÓRIA E ASSOCIAÇÃO

Consumidores estão em busca de produtos que tenham associação direta com suas atitudes e que se associem de forma exata com seus propósitos. Não só isso, mas essas pessoas estão ativamente envolvidas com a questão de sustentabilidade e compartilham as informações e pontos de vista de forma intensa na esfera virtual. Com isso em mente, marcas devem se

relacionar com esses consumidores em um nível mais profundo, fazendo uso de estratégias de *storytelling* para contar as histórias da empresa e produtos. As marcas podem construir credibilidade por meio da comunicação baseada na troca, criando uma relação mútua de compartilhamento e abrindo espaço para novas ideias e soluções para enfrentar os desafios de forma conjunta.

### **INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Esse segmento de consumidores demonstra a dicotomia conflitante de gostar de comprar e, ao mesmo tempo, gostar e desejar ajudar o meio ambiente e a sociedade. Para que consigam atingir esse público e seus desejos eficazmente, empresas devem focar no estabelecimento de estratégias integradas de inovações sustentáveis por todos os *touchpoints*. Ao inovar nos múltiplos aspectos de produção, comunicação e relacionamento, empresas assumem o papel de agentes fundamentais no processo. Como resultado, empresas lucram com a conquista e fidelização de clientes e alcançam a reputação sustentável no mercado.

### **COLABORAÇÃO**

O marketing contemporâneo percebe a grande necessidade que consumidores têm de se relacionar de forma mais subjetiva com empresas. As organizações devem desenvolver estratégias que evoluam as posturas empresariais de um patamar de imposições para conversações, priorizando a participação mútua dos consumidores. Esse é o caminho principal para fidelidade e sucesso de longo prazo nos dias de hoje. Percebendo o papel dos consumidores como co-criadores, o desenvolvimento de novas ideias se torna uma tarefa a ser realizada em conjunto. Como resultado, empresas desfrutam de produtos mais direcionados, de uma verdadeira fidelização dos clientes e da compreensão ampla de como progredir futuramente a partir dos interesses de seu público-alvo.

### **MAIOR PODER EM CONJUNTO**

As redes sociais se tornaram ponto de encontro primordial para comunicar e se informar. São nesses ambientes digitais que consumidores obtêm opiniões daqueles que pertencem aos seus círculos sociais e buscam referências para apoiar suas decisões de compra.

Esses *aspirantes ao mundo sustentável* indicam que comprariam produtos sustentáveis se isso os conectassem a um círculo de pessoas com os mesmos valores e objetivos. Fica visível o desejo por produtos que vão além das representações físicas e funcionais,

*Marcas podem incentivar e facilitar a reunião de pessoas com os mesmos propósitos e ideias, tornando-se agentes ativos focados totalmente nos interesses dos grupos de consumidores, alavancando o poder dessas tribos e contribuindo com esses grupos para realizar ações de maior alcance e impacto.*

trazendo consigo associações com núcleos sociais e a possibilidade de se unir a grupos que buscam juntos fazer a diferença.

Marcas podem incentivar e facilitar a reunião de pessoas com os mesmos propósitos e ideias, tornando-se agentes ativos focados totalmente nos interesses dos grupos de consumidores, alavancando o poder dessas tribos e contribuindo com esses grupos para realizar ações de maior alcance e impacto.

De fato, comportamentos de compra vêm registrando mudanças devido às preocupações diante das questões sociais e do meio ambiente. Consumidores em geral estão mais conscientes e buscam retardar o processo degenerativo por meio de diferentes técnicas, desde as compras até as atividades em casa. Por outro lado, o mundo vivencia fases de consumo excessivo e um incentivo cada vez mais diferenciado para compra. O lado virtual, as redes sociais e todos os outros meios de comunicação servem como canais essenciais para desenvolver relacionamentos fiéis entre as marcas e o público. Encontrar o equilíbrio entre o consumo e a postura sustentável diante do mundo passa a ser um desafio de objetivos opostos. Quem sabe ampliando essa leitura do que seja consumir sustentavelmente para além de uma visão utilitária – desatenta às pulsões individuais por reconhecimento, identidade e projeção social – consigamos engajar mais efetivamente as partes interessadas. 🌱



## INICIATIVA VISA ACABAR COM VIOLÊNCIA “INVISÍVEL” CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em 31 de agosto, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) anunciou uma iniciativa que convoca cidadãos, legisladores e governos a pronunciarem-se de modo mais contundente em relação à violência contra crianças e adolescentes. A ação foi criada com base na crescente indignação popular após os terríveis ataques ocorridos em todo o mundo, como os disparos contra a adolescente Malala Yousafzai, no Paquistão, em outubro de 2012; o assassinato de 26 alunos e professores em Newtown, nos Estados Unidos, em dezembro de 2012; e os estupro coletivos de meninas na Índia e na África do Sul, em 2013. “Em cada país, em cada cultura, há violência contra meninos e meninas,” disse o diretor executivo do Unicef, Anthony Lake. “Sempre que crianças são feridas, onde quer que elas estejam, devemos mostrar e expressar nossa indignação e nossa raiva. É preciso que tornemos o invisível visível.” Essa é a principal mensagem da iniciativa de enfrentamento da violência contra meninos e meninas. A campanha pede que todos reconheçam a violência contra crianças e adolescentes, unam-se a movimentos globais, nacionais ou locais para acabar com ela e impulsionar novas ideias voltadas a ações coletivas pelo alcance desse objetivo.

[www.unicef.org](http://www.unicef.org)

## FAO LANÇA RELATÓRIO SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL DO DESPÉRDIO DE ALIMENTOS

Nesta semana, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação apresenta um relatório detalhando os impactos ambientais do desperdício de alimentos. A cada ano, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçados ou se perdem, seja durante a sua produção e processamento, pelo comércio varejista, ou com o consumidor. A água, a terra e outros recursos naturais usados para produzir estes alimentos também são desperdiçados, ao mesmo tempo em que se liberam na atmosfera os gases de efeito estufa que são gerados ao produzir, processar e cozinhar estes alimentos. O novo documento da FAO, O Rastro do Desperdício dos Alimentos – Impactos nos Recursos Naturais é o primeiro estudo a analisar especificamente as repercussões ambientais do desperdício de alimentos. Uma publicação complementar – Caixa de Ferramentas: Reduzir os Rastros do Desperdício de Alimentos – também será apresentada e possui recomendações para a ação e exemplos sobre como está sendo enfrentado o problema do desperdício de alimentos em todo o mundo.

[www.fao.org.br](http://www.fao.org.br)



## PUBLICAÇÃO ABORDA EXPERIÊNCIAS DE COOPERATIVAS DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Instituto Walmart lançou em agosto a publicação “Inspiração – Cooperativas de catadores: construindo soluções para o futuro”, em parceria com o Programa CatAção e a Giral Viveiro de Projetos. A publicação conta a experiência de três grupos produtivos que atuam com catação de resíduos sólidos: a Rede Cata Vida, de Sorocaba (SP); a Cooperativa Futura, de São José dos Campos (SP); e a Cooperativa de Agentes Ecológicos de Canabrava (Caec), de Salvador (BA). Os casos apontam boas práticas para o fortalecimento de grupos produtivos que fazem parte do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Em Salvador, a Caec impulsionou seu negócio ao firmar parcerias com grandes geradores de resíduo da iniciativa privada. Já o caso da Cooperativa Futura demonstra como uma bem-sucedida ação em conjunto com o poder público municipal pode ser transformadora. A Rede Cata Vida, por sua vez, mostra o poder da ação integrada entre diversas cooperativas para a comercialização de produtos. A publicação está disponível para *download*.

<http://j.mp/InstWalmartCatadores>

## NOVO LIVRO DISCUTE IMPACTO ECONÔMICO DA CORRUPÇÃO NO PAÍS

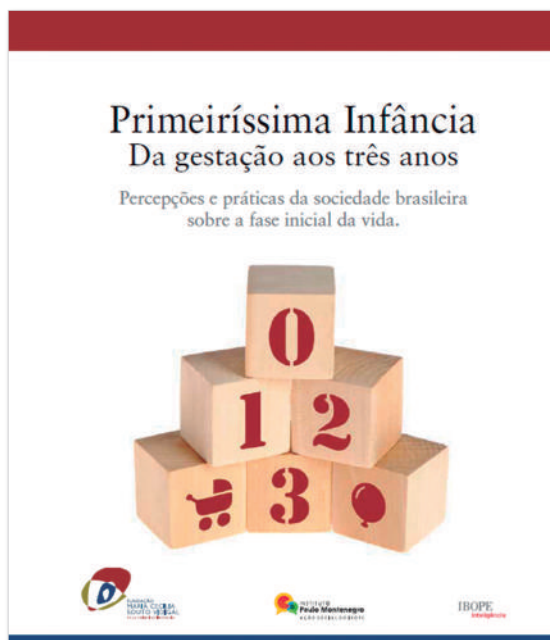
Notícias sobre corrupção estão se tornando cada vez mais constantes no Brasil, causando aversão e revolta no povo brasileiro. Seu impacto vai muito além das manchetes e gera um grande e ainda pouco conhecido efeito na economia do País. No livro “Corrupção – Entrave ao Desenvolvimento do Brasil”, publicação conjunta do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e da editora Elsevier, o jornalista Oscar Pilgallo exhibe o caminho percorrido pela sociedade para chegar ao estágio atual e mostra o que deve ser feito para mudar o cenário da política nacional. Com uma abordagem histórica e prospectiva, o livro trata a corrupção, sobretudo, como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, pois subtrai recursos das políticas públicas, causa deformações no ambiente de negócios e fortalece a cultura da leniência com as transgressões.

www.etco.org.br

## GIFE LANÇA PESQUISA SALARIAL 2013

O Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) lançou em agosto a segunda edição de sua pesquisa salarial, realizada a cada dois anos exclusivamente com investidores sociais. Com a participação de 21 fundações e institutos, a pesquisa traz dados sobre salário nominal, remuneração variável, política de benefícios e comentários gerais sobre política de remuneração. O estudo aponta que fundações e institutos têm dificuldade de contratação e retenção de pessoas, principalmente para cargos da área de projetos, que exigem muitas vezes conhecimento específico. Os resultados mostram ainda que apenas 43% das organizações respondentes possuem um programa de remuneração variável, todas de origem empresarial. A prática mais comum é o programa de bônus. A maioria das organizações que responderam à pesquisa é de origem empresarial (62%). O relatório da pesquisa salarial já está à venda.

www.gife.org.br



## PESQUISA VIRA LIVRO COM ANÁLISE DE ESPECIALISTAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O livro “Primeiríssima Infância – da gestação aos três anos: percepções e práticas da sociedade brasileira sobre a fase inicial da vida” reúne dados da pesquisa Percepções e Práticas da Sociedade em Relação à Primeira Infância, realizada em 2012 pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) em parceria com o Ibope e o Instituto Paulo Montenegro, e traz a análise de especialistas na área da infância sobre alguns temas apontados pelos dados colhidos. Com o livro, que trata especialmente de dois temas-chave (gestação e parto, e creche), a FMCSV busca contribuir para a qualificação de ações, programas e políticas públicas voltados à primeiríssima infância e que envolvam também as famílias e os profissionais do universo de cuidados da criança pequena. Pretende, ainda, ajudar a sociedade a ter uma visão mais clara e assertiva sobre o desenvolvimento infantil, saindo do patamar dos conhecimentos básicos para também transitar nos conhecimentos de cunho científico.

http://www.fmcsv.org.br

## FUNDACIÓN MAPFRE OFERECE MAIS DE R\$ 3 MILHÕES EM INCENTIVO A PESQUISAS

A Fundación Mapfre, entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo a formação do cidadão, concederá, até o final de 2013, diversas bolsas e incentivos a estudantes e profissionais que queiram desenvolver programas de pesquisas nas áreas relacionadas à Saúde, Prevenção e Meio Ambiente, Seguros, Terceira Idade e Cultura. No total, são mais de 100 oportunidades, sendo 51 incentivos a profissionais de pesquisa, 60 para estudantes e outras duas destinadas a projetos de atendimento a pessoas idosas e à conservação, elaboração ou divulgação de arquivos históricos da Espanha, Portugal e América Latina. Os incentivos ultrapassam a marca de € 1 milhão (mais de R\$ 3 milhões). Podem participar do processo de seleção pessoas residentes na Espanha, Portugal, Brasil e demais países da América Latina. Os interessados em concorrer aos prêmios devem inscrever seus projetos de acordo com as datas informadas no site.

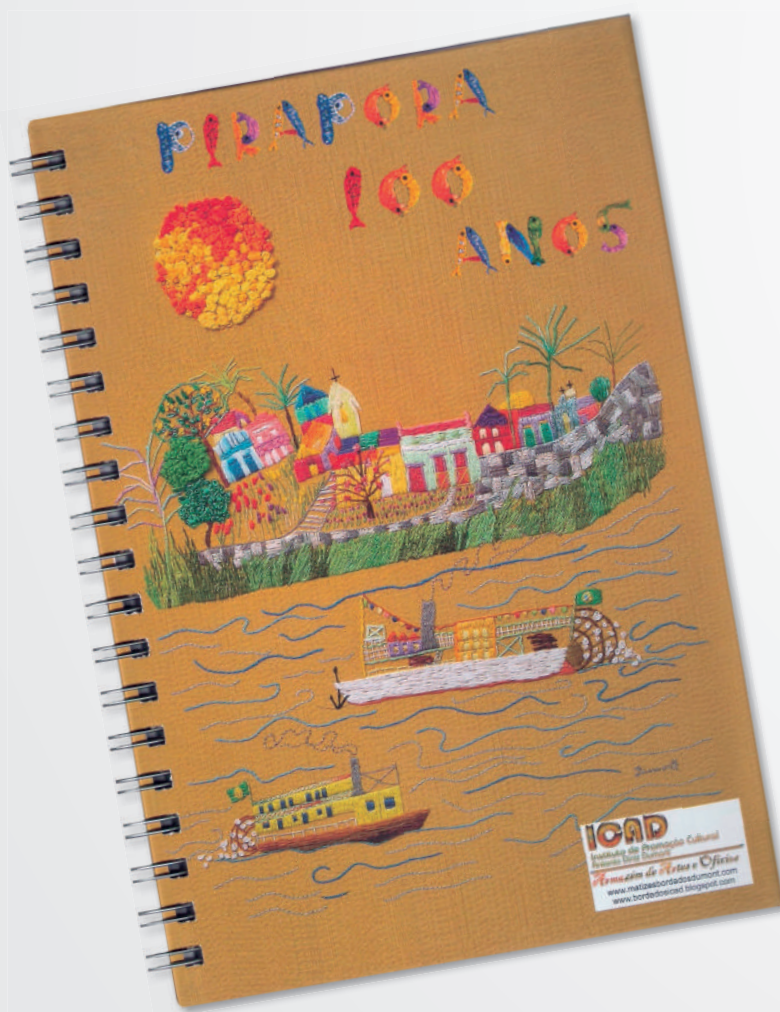
www.fundacionmapfre.com.br



## COOPERATIVA DOS ARTESÃOS DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Criada em 2006, no município de Barreirinhas, no Maranhão, a **Cooperativa dos Artesãos dos Lençóis Maranhenses (Artecoop)** tem o objetivo de produzir e comercializar produtos artesanais a partir da fibra do buriti, beneficiando direta e indiretamente 120 pessoas. Apoiadas por técnicos e consultores dos projetos Artesanatos dos Lençóis Maranhenses e Comércio Justo e Solidário do Artesanato Maranhense de Fibra do Buriti, além de parceria com diversas instituições e do Programa Talentos do Brasil do governo federal, as artesãs procuram garantir uma fonte de renda justa e sustentável, valorizar e difundir a tradição e preservar recursos naturais.

✉ [artecoop@yahoo.com.br](mailto:artecoop@yahoo.com.br)



## INSTITUTO DE PROMOÇÃO CULTURAL ANTÔNIA DINIZ DUMONT

O **Instituto de Promoção Cultural Antônia Diniz Dumont (Icad)** é uma instituição sem fins lucrativos, sediada na cidade Pirapora, interior de Minas Gerais. O instituto é resultado do Projeto Bordando o Brasil, apoiado pela Fundação Banco do Brasil. Atualmente, conta com cerca de 10 mil mulheres bordando em vários estados brasileiros.

✉ [bordadosicad.blogspot.com.br](http://bordadosicad.blogspot.com.br)





## CENTRAL VEREDAS DE ARTESANATO

A **Central Veredas de Artesanato** é uma organização solidária que compreende nove núcleos de produção, instalados no Vale do Urucuia, em Minas Gerais. Com a participação solidária de artesãos, constitui-se em parcerias para consolidar sua estrutura e fortalecer os núcleos, garantindo-lhes acesso ao mercado, qualificação, aplicação de preços justos e divulgação dos produtos artesanais. São aproximadamente 280 associados exercendo sua defesa socioeconômica e ambiental, combatendo os trabalhos escravo e infantil e promovendo a igualdade de gênero.

📌 [facebook.com/centralveredas.artesanato](https://facebook.com/centralveredas.artesanato)



## GRUPO BEM BAHIA

O **Grupo Bem Bahia Arte e Artesanato** teve início em 2005, a partir da união de cinco artesãos que sempre participavam das mesmas feiras de artesanato. Desde então, o grupo vem crescendo e fortalecendo-se como empreendedores por meio da luta comum pelo crescimento do artesanato. Hoje, são mais de 80 artesãos cadastrados que buscam espaços alternativos para mostrar seus trabalhos, promovendo suas próprias feiras, criando oportunidades para outros artesãos e gerando trabalho e renda para os profissionais envolvidos.

📌 [bembahia.blogspot.com.br](https://bembahia.blogspot.com.br)



# PRA ONDE VÃO AS BOLHINHAS DE SABÃO?

**F**ilosofar é sempre bem-vindo. Quando o cenário é uma praia e a companhia é uma criança, a fórmula fica ainda melhor. Eu e meus trinta anos, minha filha e seus sete.

Depois de comer um milho verde, eu na espiga e ela no prato — o que lhe causou certo constrangimento pela evidente falta que alguns dentes da frente fazem —, caminhávamos pela praia, desafiando São Pedro e sua mania de fazer chover aos domingos.

— Papai, faz bolhinhas de sabão para eu pegar?

Sacando o pequeno frasco de meu bolso, atendi ao singelo pedido. Ventava, o que tornava o desafio ainda maior. Cada rajada de bolhinhas saía sem rumo, espalhando-se fartamente. Mesmo assim, ela corria, corria e corria ainda mais. O sorriso em seu rosto a fazia saltar bem alto, trombando com as bolhinhas de forma entusiasmada.

— Pra onde vão as bolhinhas de sabão, papai?

Uma pergunta despreziosa, palavras sopradas em meio a um sorriso tão banguela que dava vontade de sorrir junto, da alma para o mundo.

— Pra onde vão as bolhinhas de sabão, papai? — A pergunta sobreviveu ao meu descaso inicial, ganhando ares pretensiosos por meio de uma tremenda figura de linguagem, metáfora inocente daquelas que mexem com a gente. Minha filha queria uma resposta urgentemente.

— Como as bolhinhas de sabão voam? — perguntei, querendo ganhar tempo, imaginando que ela hesitaria por alguns instantes.

— Papai, elas voam com suas incríveis asas invisíveis! — respondeu prontamente.

*Touché.* As bolhinhas de sabão tinham asas. É lógico. Se voavam, era porque algum tipo de asa tinham. Mas se eram invisíveis,

como poderia enxergá-las? Ao me perguntar isso, inicialmente cheio de razão, caiu à minha frente um espelho mágico.

— Pra onde vão as bolhinhas de sabão? — perguntou-me a imagem refletida.

— Até você? — reagi, de forma firme. — Eu querendo entender a questão das incríveis asas invisíveis e vem você me criticar.

— Não é crítica. É boia de resgate. Agarre-se ou afunde ainda mais. — disparou o espelho.

Decidi me entregar à oferta. Afinal, qualquer ajuda era bem-vinda naquele momento. Minha filha continuava esperando a minha resposta.

— Papai, pra onde vão as bolhinhas de sabão? — ela repetiu, quase sem paciência.

O tempo havia se esgotado e eu não tinha uma resposta. Eu também queria saber, uma vez que a pergunta fazia cada vez mais sentido. Estava evidente que faltava matéria-prima em minha caixa de brinquedos para responder.

— Filha, você pode me dizer para onde vão as bolhinhas de sabão?

Se ela respondesse à pergunta sem pestanejar, acreditando na sua resposta, eu mergulharia naquela água fria.

— Papai, as bolhinhas de sabão vão para onde elas quiserem.

Só não mergulhei porque estava com muito frio, daqueles que vêm de dentro, muito de dentro. A chuva apertou. Coloquei minha filha no colo, abri o guarda-chuva da filosofia e caminhei de volta para casa.

Este episódio ficou em minha cabeça por alguns meses. A metáfora da bolhinha de sabão e o mundo que a criança constrói através dela me fascinaram. Resolvi colocar isso no papel em forma de história infantil. O que acontece quando tiram da criança a possibilidade de fazer bolhinhas de sabão, ou seja, de voarem para onde elas quiserem? Acontece o que estamos presenciando

em larga escala em nosso país, com direitos essenciais ainda ausentes para tantos.

Decidi contar a história para mais gente. Transformei-a em uma peça de teatro e pesquisei as formas de tornar sua produção viável. Conheci o Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo, por meio do qual empresas podem destinar parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) devido a projetos culturais. Esperança para o meu desejo de levar a peça para milhares de crianças, gratuitamente.

Era a primeira vez que eu trabalhava com projetos desta natureza. Sempre ouvia dizer que somente os bem relacionados conseguiam patrocínio. Após muita persistência e trabalho, veio a surpresa: o projeto foi aprovado e uma indústria alimentícia decidiu patrociná-lo. Em 2008, a peça “Pra onde vão as bolhinhas de sabão?” foi vista inteiramente de graça por 15 mil crianças e outras centenas de professores e convidados de escolas públicas de São Paulo-SP e de outras quatro cidades do interior paulista. Cada espectador recebeu um livro, muitos deles pela primeira vez na vida, levando para casa a história e as possibilidades das bolhinhas. Em 2013, em uma nova temporada absolutamente gratuita, dessa vez por meio da Lei Rouanet, que permite às empresas destinarem parte do Imposto de Renda devido a projetos culturais, a peça será vista por aproximadamente 10 mil crianças de escolas públicas e organizações sociais.

Que bom que acreditei nas últimas palavras da história que escrevi: “certamente muitos desafios ainda existem, e a melhor solução é sempre fazer muitas bolhinhas de sabão. Enquanto elas nascerem do sopro sincero de vida das crianças — pequenas e grandes — com a liberdade de seguirem seus destinos, indo aonde quiserem, a alegria e a fantasia existirão”. 🧼

# Seteco há 45 anos agregando valor na gestão de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais





I N S T I T U T O  
**FILANTROPIA**

FAÇA PARTE DA  
MAIOR REDE DE  
**CONHECIMENTO**  
**TÉCNICO E DE GESTÃO**  
DE ORGANIZAÇÕES  
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

[www.institutofilantropia.org.br](http://www.institutofilantropia.org.br)